



Lar e Família



Viagem



Saúde



Automóvel

1. RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2014.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., desde a sua constituição em 1993, tem apresentado uma contínua trajectória ascendente. Ao longo do exercício de 2014 manteve a tendência dos anos anteriores, crescendo de forma sustentada.

Paralelamente à sua expansão no mercado interno, iniciou em 1997 o seu projecto de internacionalização com a abertura de uma empresa no Brasil, projecto esse posteriormente alargado ao mercado argentino e chileno.

Apresentamos de seguida os principais indicadores relativos às empresas integrantes das contas consolidadas do presente exercício.

1- EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	125.583	109.486
Capital Próprio	90.988	59.041
Passivo	34.595	50.445
Prémios brutos emitidos	54.230	52.410
Resultado líquido do exercício	3.667	4.040

Nota: dados retirados das contas individuais

A **Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.** voltou, em 2014, a alcançar os seus principais objectivos, mantendo a liderança do mercado de assistência em Portugal, mesmo numa conjuntura económica difícil e num ambiente concorrencial bastante agressivo, continuando a crescer nos países onde tem operações e atingindo níveis de rentabilidade que permitem remunerar adequadamente os seus accionistas.

Os prémios brutos emitidos atingiram os 54,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,5 por cento relativamente ao registado no exercício anterior, e os prémios adquiridos líquidos de resseguro atingiram os 54,3 milhões de euros, reflectindo um acréscimo de 2,6 por cento relativamente ao ano transacto.

Os bons resultados alcançados ao nível da produção, resultam, fundamentalmente, do sucesso da estratégia comercial delineada, que se baseia numa aposta clara em manter a base de clientes existente, base essa que permitiu manter a liderança do mercado, através da criação de relações de sólidas parcerias, procurando ir sempre ao encontro das necessidades de cada cliente por nós apercebidas, apresentando soluções inovadoras e apostando em abordagens de venda cruzada.

Apesar do esforço de diversificação para linhas de negócio menos maduras, como sejam a saúde e o lar & família, continua a observar-se uma concentração da produção nas linhas de negócio ligadas ao automóvel, causando uma maior pressão sobre as margens. Este fenómeno deverá estar ligado às condições económicas adversas que o nosso País atravessou nos últimos anos, que originam uma maior dificuldade em colocar no mercado produtos e soluções que vão muito para além daquilo que é considerado como essencial em termos de assistência.

Os custos com sinistros atingiram 44,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 3,7 por cento relativamente ao registado no exercício anterior. No exercício de 2014 voltou a observar-se um acréscimo do rácio de sinistralidade que, de 81,3 por cento em 2013, passou para 82,2 por cento em 2014. Foram abertos um pouco mais de 1 milhão de processos de assistência, dos quais perto de 500 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu cerca de 2,3 milhões de chamadas, um aumento de 7,5 por cento quando comparado com o ano anterior.

Ao nível dos custos e gastos de exploração prosseguiu-se com a política de racionalização e optimização de recursos, que, apesar do aumento de actividade registado, permitiu a obtenção de importantes poupanças e redução de gastos.

A política de investimentos adoptada pela Europ Assistance em 2014 seguiu as regras de prudência estabelecidas pelos seus accionistas, que privilegiam uma cuidada avaliação do risco associado aos activos. A carteira reparte-se por cerca de 50 por cento de obrigações de taxa fixa, das quais cerca de 25 por cento relativas a títulos de dívida pública e equiparados, com predominância de títulos de dívida alemã, e cerca de 35 por cento de obrigações de taxa variável. Ao longo de 2014 manteve-se uma exposição a acções na ordem dos 10 por cento. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “A” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de perto de 10 por cento. No final do exercício, o peso total de aplicações em entidades portuguesas é residual, representando pouco mais de 1,5 por cento da carteira de investimentos.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2014	2013
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	77.402.080	63.949.918
Activos disponíveis para venda	36.839.882	34.621.403
Empréstimos e contas a receber	1.825.335	1.919.865
	<u>116.067.298</u>	<u>100.491.186</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	2014	2013
Acções		
. Cotadas	-	-
Obrigações		
. Cotadas	32.165.726	29.127.877
Unidades de participação		
. Cotadas	3.654.655	4.561.849
. Não cotadas	1.019.500	931.677
	<u>36.839.882</u>	<u>34.621.403</u>

O quadro de colaboradores sofreu um ajuste, consequência do crescimento da actividade verificado. Apesar de o número médio de trabalhadores se ter mantido estável (322 trabalhadores), registou-se um acréscimo de 3,8 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (327 em 2014 e 315 em 2013).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 3.667 milhares de euros.

2- As contas consolidadas, seguindo o método da consolidação integral, integram as seguintes empresas:

Empresas do grupo	Participação (em %)
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	99,99%
Ponte Alta - SGPS Unipessoal, Lda.	100,00%
Europ Assistance Macau, LDA	70,00%
Europ Assistance Argentina, S.A.	56,09%

2.1 - EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	3.516	3.263
Capital Próprio	977	996
Passivo	2.538	2.267
Vendas e serviços prestados	4.239	3.640
Resultado líquido do exercício	581	642

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2014, a **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** alcançou um volume de negócios superior a 4,2 milhões de euros, reflectindo um crescimento de 16,5 por cento relativamente ao exercício anterior. Este crescimento resultou fundamentalmente da comercialização de novos produtos destinados a empresas da área de utilities.

A actividade da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** tem vindo a diversificar-se, mas tendo sempre como base a prestação de serviços de *call center* e de assistência (principalmente assistência automóvel), a gestão de contratos de extensão de garantia automóvel e uma crescente aposta nos serviços de gestão de sinistros. Os principais clientes são as gestoras de frotas automóvel, as empresas de rent-a-car, as marcas automóvel, os grupos de retalho automóvel, as companhias de seguros e empresas de utilities.

A estrutura da empresa tem-se revelado adequada à sua actividade, sofrendo ajustes pontuais em função da variação da sua actividade, adoptando-se uma política que se rege simultaneamente por uma preocupação com a flexibilidade e racionalização dos recursos alocados e por assegurar que a qualidade dos serviços prestados alcança o nível de excelência que nos caracteriza e que o mercado nos reconhece.

O exercício de 2014 da **Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.** encerrou com um resultado líquido de 581 mil euros.

2.2 - PONTE ALTA, SGPS, UNIPessoal, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	20.337	15.568
Capital Próprio	20.313	15.554
Passivo	25	14
Vendas e serviços prestados	-	-
Resultado líquido do exercício	4.782	3.009

Nota: dados retirados das contas individuais

Em 2014 a **Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.** (adiante designada Ponte Alta, ou Sociedade) encerrou o exercício com um resultado líquido próximo dos 4,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo face ao ano anterior (cerca de 3 milhões de euros em 2013), resultante, na quase totalidade, da aplicação do método de equivalência patrimonial nas empresas participadas, no montante de 4,8 milhões de euros (2013: 2,99 milhões de euros).

Os investimentos financeiros em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a participações em entidades do Brasil (50,00%), Macau (70,00%), Argentina (56,10%) e Chile (25,50%).

2.3 - EUROP ASSISTANCE MACAU, LDA.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	53	46
Capital Próprio	53	46
Passivo	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-

Nota: dados retirados das contas individuais

A constituição da empresa em Abril 1998 teve como objectivo principal a presença num novo mercado que se perspectiva com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer actividade.

2.4 - EUROP ASSISTANCE ARGENTINA, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	6.878	6.225
Capital Próprio	853	881
Passivo	6.025	5.344
Prémios brutos emitidos e serviços prestados	15.323	17.022
Resultado líquido do exercício	87	194

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Buenos Aires e actua no mercado argentino de assistência e em outros mercados da América Latina e Central, como é o caso da Venezuela.

A filial Argentina volta a reforçar a sua quota de mercado, apresentando um crescimento considerável, que se traduziu num volume de negócios de 166 milhões de pesos argentinos (15 milhões de euros) e num resultado líquido de 939 milhares de pesos argentinos (87 mil euros).

A empresa Argentina reforçou a sua quota de mercado, captando novos clientes que abrem excelentes perspectivas futuras de negócio apesar do ambiente de dificuldades económico-financeiras provocadas pelas altas taxas de inflação registadas.

3 - As contas consolidadas, seguindo o método de equivalência patrimonial, integram as seguintes empresas:

2014

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	25,50%

2013

Empresas do grupo	Participação (em %)
EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%
Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile)	28,79%

Durante o exercício de 2011, a Companhia subscreveu um lote adicional de ações da Europ Assistance, S.A. (Chile), correspondente a cerca de 25,50 por cento do respectivo capital social, pelo montante de 51.571 euros. No exercício de 2013, a Companhia liquidou este lote adicional pelo montante de 105.577 euros.

3.1 - EABS – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PARTICIPAÇÕES, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	36.479	29.371
Capital Próprio	36.439	29.282
Passivo	40	89
Resultado líquido do exercício	9.362	5.641

Nota: dados retirados das contas individuais

A Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. empresa Brasileira detida em 100% pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. apresentou uma excelente performance, prosseguindo com a sua dinâmica de crescimento e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de R\$ 534 milhões (171 milhões de euros) – 26,8 por cento acima do ano anterior (em moeda local) - e um resultado líquido de R\$ 25 milhões (8,2 milhões de euros) – 57 por cento superior a 2013 (em moeda local).

No exercício de 2014 a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. adquiriu através da sua participada Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. a restante participação na CEABS Serviços S.A. pelo valor de 17.337.028 Reais (correspondente a 5.442.312 Euros). Deste modo a EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. passou a deter indirectamente uma participação de 100% nesta sociedade.

A CEABS Serviços, S.A., empresa detida em 100 por cento pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A., no seu terceiro ano completo de actividade, registou um volume de negócios de cerca de R\$ 67 milhões (21,38 milhões de euros), evidenciando um Activo de R\$ 43,86 milhões (13,62 milhões de euros) e um Capital Próprio de R\$ 10,57 milhões (3,28 milhões de euros), o qual inclui um Resultado Líquido do Exercício positivo de R\$ 8,48 milhões (2.72 milhões de euros).

3.2 - EUROP ASSISTANCE, S.A. Y FILIAL (CHILE)

(valores expressos em milhares de euros)

	2014	2013
Activo	2.824	2.402
Capital Próprio	879	497
Passivo	1.944	1.905
Prestações de serviços	6.253	7.167
Resultado líquido do exercício	279	215

Nota: dados retirados das contas individuais

A empresa encontra-se sediada em Santiago do Chile e actua no mercado chileno de assistência.

A Europ Assistance Holding (França) detém igualmente uma participação directa de 25,50% no capital da sociedade chilena.

No exercício de 2014, a Europ Assistance, S.A. Y Filial (Chile) obteve resultados líquidos do exercício positivos de 210 milhões de pesos chilenos (cerca de 279 milhares de euros), o que representa um crescimento de 47,7% do resultado líquido do exercício (em moeda local) e alcançou um volume de negócios superior a 4.729 milhões de pesos chilenos (cerca de 6,25 milhões de euros).

4 PERSPECTIVAS PARA 2015

As actuais projecções macroeconómicas apontam para a continuação de um processo de recuperação moderada da actividade económica, que se deverá traduzir num crescimento de 1,5 por cento em 2015, ligeiramente superior ao projectado para a área do euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna. Deverá observar-se uma afectação de recursos crescentemente orientada para os sectores transaccionáveis e mais produtivos da economia. O potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa será condicionado pela desalavancagem dos sectores público e privado, pelos desenvolvimentos demográficos, pelos limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e pelo baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais – com destaque para o conjunto da área do euro.

Nos últimos anos, a economia portuguesa prosseguiu um forte ajustamento, que permitiu alcançar progressos assinaláveis na correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. No entanto, o processo de re-equilíbrio estrutural da economia ainda está incompleto e o ajustamento macroeconómico exigirá aprofundamento.

O Conselho de Administração da Europ Assistance está confiante que em 2015 a empresa irá manter a liderança do mercado de assistência em Portugal e continuará a alcançar níveis de rentabilidade que permitam uma remuneração adequada aos accionistas. A estratégia passará por apostar fortemente na política, que tem vindo a ser prosseguida, de retenção da base de clientes, apoiando-se em processos de melhoria contínua e de transformação ao nível das operações, dos sistemas e da oferta de produtos inovadores. É nossa expectativa que a gradual melhoria do sentimento económico possa proporcionar oportunidades de alguma diversificação das linhas de negócio, com efeitos positivos ao nível da rentabilidade. Na área internacional, prevê-se que 2015 seja mais um ano de crescimento de actividade e melhoria da rentabilidade.

Lisboa, 20 de Abril de 2015

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

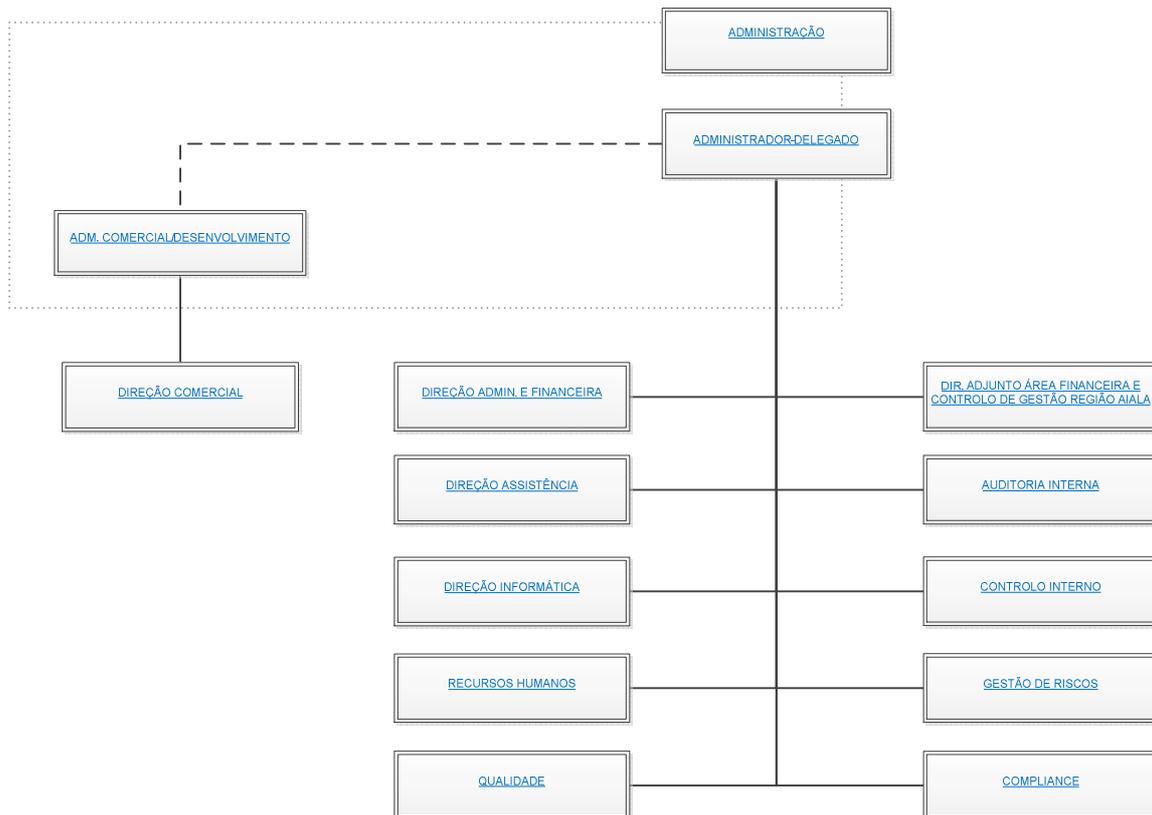
Paolo Vagnone

Antoine Parisi

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 5 membros, dos quais 2 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS **DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.

- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.
- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se

inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

2.4. Benefícios

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente. A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 20 de Abril de 2015

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

Paolo Vagnone

Antoine Parisi

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	2014			2013
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
18	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.726.466	-	5.726.466	2.793.270
19	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18.443.651	-	18.443.651	14.784.295
20	Activos financeiros detidos para negociação	1.807.221	-	1.807.221	2.090.033
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
21	Activos disponíveis para venda	36.839.882	-	36.839.882	34.621.403
22	Empréstimos e contas a receber	1.825.335	-	1.825.335	1.919.865
	Depósitos junto de empresas cedentes	1.825.335	-	1.825.335	1.919.865
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
23	Outros activos tangíveis	5.455.385	(4.465.593)	989.792	996.264
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
24	Outros activos intangíveis	973.353	(937.982)	35.371	68.228
25	Provisões técnicas de resseguro cedido	39.449	-	39.449	198.392
	Provisão para prémios não adquiridos	36.449	-	36.449	166.484
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	3.000	-	3.000	31.908
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
16 e 26	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11.099.036	(852.462)	10.246.574	10.793.748
	Contas a receber por operações de seguro directo	5.286.872	(816.130)	4.470.742	4.161.408
	Contas a receber por outras operações de resseguro	3.652.886	-	3.652.886	4.668.609
	Contas a receber por outras operações	2.159.277	(36.332)	2.122.945	1.963.731
27	Activos por impostos	1.093.304	-	1.093.304	743.436
	Activos por impostos correntes	142.544	-	142.544	163.855
	Activos por impostos diferidos	950.761	-	950.761	579.580
28	Acréscimos e diferimentos	481.396	-	481.396	214.108
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	83.784.478	(6.256.037)	77.528.441	69.223.042

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2014	2013
	PASSIVO		
8 e 25	Provisões técnicas	30.488.440	30.522.064
	Provisão para prémios não adquiridos	19.007.179	19.145.056
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	11.298.718	11.129.201
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	11.298.718	11.129.201
	Provisão para participação nos resultados	182.544	247.807
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	124.232	76.214
31	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.106.450	3.285.361
	Contas a pagar por operações de seguro directo	69.276	64.472
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	233.845	2.111
	Contas a pagar por outras operações	3.803.330	3.218.778
27	Passivos por impostos	2.281.848	2.231.010
	Passivos por impostos correntes	1.736.979	1.997.953
	Passivos por impostos diferidos	544.869	233.057
28	Acréscimos e diferimentos	5.689.113	4.401.684
32	Outras provisões	157.172	82.490
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	42.847.256	40.598.822
	CAPITAL PRÓPRIO		
33	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000
33	Reservas de reavaliação	(649.736)	(1.887.146)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	2.136.742	879.459
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	(2.786.478)	(2.766.606)
33	Reserva por impostos diferidos	(544.869)	(233.057)
33	Outras reservas	1.669.678	1.262.931
10 e 33	Resultados transitados	15.470.396	13.293.892
	Resultado do exercício	7.844.445	6.185.938
	Dividendos antecipados	-	(900.000)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	34.289.914	28.222.558
34	Interesses minoritários	391.271	401.662
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	34.681.185	28.624.220
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	77.528.441	69.223.042

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2014			2013
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	68.250.507	-	68.250.507	68.356.490
5 e 6	Prémios brutos emitidos	68.215.003	-	68.215.003	67.880.528
5 e 6	Prémios de resseguro cedido	(24.369)	-	(24.369)	(13.545)
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	189.908	-	189.908	759.964
6 e 25	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(130.034)	-	(130.034)	(270.457)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(55.637.441)	-	(55.637.441)	(54.757.613)
5 e 7	Montantes pagos	(55.439.016)	-	(55.439.016)	(53.720.736)
	Montantes brutos	(55.512.015)	-	(55.512.015)	(53.831.920)
	Parte dos resseguradores	72.999	-	72.999	111.184
5, 7 e 25	Provisão para sinistros (variação)	(198.425)	-	(198.425)	(1.036.878)
	Montante bruto	(169.517)	-	(169.517)	(1.028.699)
	Parte dos resseguradores	(28.908)	-	(28.908)	(8.179)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
8 e 25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(54.960)	-	(54.960)	(105.641)
5, 9 e 10	Custos e gastos de exploração líquidos	(11.057.464)	-	(11.057.464)	(10.822.976)
	Custos de aquisição	(5.530.923)	-	(5.530.923)	(5.840.299)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(52.030)	-	(52.030)	(310.947)
	Gastos administrativos	(5.474.511)	-	(5.474.511)	(4.671.729)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
	Custos e gastos por natureza a imputar	(0)	-	(0)	-
5 e 11	Rendimentos	603.583	62.143	665.725	768.440
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	603.583	62.143	665.726	768.440
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	(0)	(0)	-
5 e 12	Gastos financeiros	(108.836)	(1.337)	(110.173)	(48.266)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(108.836)	(1.337)	(110.173)	(48.266)
5 e 13	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	714.987	-	714.987	358.620
	De activos disponíveis para venda	714.987	-	714.987	358.620
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
5 e 14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	76.595	76.595	36.858
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	76.595	76.595	36.858
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
15	Diferenças de câmbio	137.565	(174.627)	(37.062)	111.437
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	79.474	-	79.474	192.264
16	Outras provisões (variação)	(189.715)	(5.212)	(194.927)	(817.505)
17	Outros rendimentos/gastos	-	1.763.360	1.763.360	1.767.524
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	4.752.056	4.752.056	2.882.109
19	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2.737.700	6.472.979	9.210.679	7.921.742
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1.359.683)	(151.511)	(1.511.194)	(1.626.356)
27	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	183.512	183.512	(23.425)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS	1.378.017	6.504.980	7.882.997	6.271.961
34	Interesses minoritários	-	(38.552)	(38.552)	(86.022)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.378.017	6.466.429	7.844.445	6.185.938

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL	
		Capital	Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal						Outras reservas
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2013 (balanço de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	-	879.459	(2.766.606)	(233.057)	1.262.931	-	13.293.892	5.285.938	28.222.558	401.662	28.624.220
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Posição financeira de abertura alterada	7.500.000	-	3.000.000	-	-	879.459	(2.766.606)	(233.057)	1.262.931	-	13.293.892	5.285.938	28.222.558	401.662	28.624.220
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	409.435	-	2.176.503	(2.585.938)	-	-	-
33 e 34	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.844.445	-	38.552	7.882.997
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1.257.283	-	(311.812)	-	-	-	-	945.470	-	945.470
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	(19.872)	-	(2.689)	-	-	-	(22.560)	(48.942)	(71.502)
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	-	1.257.283	(19.872)	(311.812)	(2.689)	-	-	7.844.445	8.767.355	(10.390)	8.756.965
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.700.000)	(2.700.000)	-	(2.700.000)
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	-	1.257.283	(19.872)	(311.812)	406.746	-	2.176.503	2.558.507	6.067.355	(10.390)	6.056.965
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2014	7.500.000	-	3.000.000	-	-	2.136.742	(2.786.478)	(544.869)	1.669.678	-	15.470.396	7.844.445	34.289.914	391.271	34.681.185

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação			Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	TOTAL	
		Capital	Instrumentos financeiros compostos	Prestações acessórias	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal						Outras reservas
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2012 (balanço de abertura)	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.316.897	299.410	(348.978)	979.135	-	9.879.963	6.199.737	28.826.164	454.244	29.280.410
	Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Posição financeira de abertura alterada	7.500.000	-	3.000.000	-	-	1.316.897	299.410	(348.978)	979.135	-	9.879.963	6.199.737	28.826.164	454.244	29.280.408
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	285.808	-	3.413.929	(3.699.737)	-	-	-
33 e 34	Resultado líquido do período (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.185.938	6.185.938	86.022	6.271.961
	Outro rendimento integral do período, líquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(437.438)	-	115.922	-	-	-	(321.516)	-	-	(321.516)
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 e 33	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	(3.066.016)	-	(2.012)	-	-	(3.068.028)	(138.604)	-	(3.206.632)
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do período, líquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	-	-	(437.438)	(3.066.016)	115.922	(2.012)	-	-	6.185.938	2.796.394	(52.582)	2.743.812
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	(2.500.000)	-	(2.500.000)
	Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(900.000)	(900.000)	-	(900.000)
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	-	-	-	-	(437.438)	(3.066.016)	115.922	283.796	-	3.413.929	(913.799)	(603.606)	(52.582)	(556.188)
	Posição financeira a 31 de Dezembro de 2013	7.500.000	-	3.000.000	-	-	879.459	(2.766.606)	(233.057)	1.262.931	-	13.293.892	5.285.938	28.222.558	401.662	28.624.220

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2014	2013
	Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários	7.882.997	6.271.961
21	Outro rendimento integral do exercício		
	Activos financeiros disponíveis para venda	1.257.283	(437.438)
	Ganhos e perdas líquidos	1.082.767	(898.797)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		
	Imparidade	-	-
	Alienação	174.516	461.359
27	Impostos	(311.812)	115.922
33	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	(71.502)	(3.206.632)
	Benefícios pós-emprego	-	-
	TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	8.756.965	2.743.812
34	Atribuível a interesses minoritário	(10.390)	(52.582)
	Atribuível aos accionistas	8.767.355	2.796.394

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRECTO	2014	2013
Actividade Operacional		
Prémios de seguro directo recebidos	16.630.418	18.574.983
Prémios de resseguro aceite recebidos	52.182.075	48.071.468
Prémios de resseguro cedido pagos	207.365	(13.211)
Participação nos resultados paga	(120.223)	(112.917)
Sinistros de seguro directo e resseguro aceite pagos	(45.133.956)	(43.333.374)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	72.999	111.184
Pagamentos ao pessoal	(11.987.584)	(12.423.177)
Pagamentos a fornecedores	(9.523.124)	(10.033.488)
Outros fluxos de caixa operacionais	3.768.891	2.725.962
Dividendos recebidos	-	-
Juros recebidos	683.493	809.757
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	852.552	328.301
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	1.248.878	(1.026.717)
Títulos de rendimento fixo	(2.008.734)	(894.274)
Juros pagos	-	0
Impostos sobre o rendimento pagos	(2.073.209)	(1.993.241)
Fluxos das Actividades Operacionais	4.799.841	791.256
Actividades Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	(105.577)
Dividendos recebidos de empreendimentos conjuntos	-	-
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(205.077)	(101.484)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	-	500
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	-
Fluxos das Actividades de Investimento	(205.077)	(206.561)
Actividades Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(2.700.000)	(3.400.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	1.129.353	(600)
Fluxo das Actividades de Financiamento	(1.570.647)	(3.400.600)
Variação de caixa e equivalentes	3.024.117	(2.815.905)
Efeito das diferenças de câmbio	(90.921)	(154.964)
Caixa e equivalentes no início	2.793.270	5.764.140
Caixa e equivalentes no fim	5.726.466	2.793.270
Variação no exercício	2.933.196	(2.970.870)

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

**3. NOTAS EXPLICATIVAS
INTEGRANTES DAS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**



1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência", "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Abril de 2015.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ASF.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória que tiveram início a 1 de Janeiro de 2013. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira consolidada da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2015 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 40. Estas Normas serão adoptadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmento geográfico a Companhia elegeu os seguintes segmentos:

- Portugal;
- Argentina.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada moeda funcional. Nas contas consolidadas os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em euros, a moeda funcional da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

Em cada data de balanço, os activos e passivos das entidades consolidadas pelo método de consolidação integral cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os capitais próprios são mantidos ao seu valor histórico e os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

Em cada data de balanço, o capital próprio das entidades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial cujas demonstrações se encontrem expressas em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor na data de balanço, os resultados são convertidos ao câmbio médio do período.

c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das Sociedades.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas ou empreendimentos conjuntos utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os investimentos em filiais são contabilizados pelo método de consolidação integral.

f) Activos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam

desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até à maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 12 meses) ou uma desvalorização de 30% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de “default” do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

No exercício de 2013, os critérios de reconhecimento de imparidade foram alterados, sendo os mesmos mais prudentes, de acordo com as alterações prosseguidas pelo Grupo Europ Assistance. A alteração destes critérios não gerou qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Outros activos - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ASF, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

j) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia a aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 9).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2014, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos (2013: 7%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não

declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2014 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2014 (2013: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2013). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2013: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

I) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro (ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador (assinado em 23 de Dezembro de 2011, entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional), a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Estes empregados beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social.

Este benefício é financiado através de um fundo de pensões Multireforma de Capital Garantido do Espírito Santo Fundo de Pensões.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia

no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

q) Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os

benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e resseguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 25.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 10.

c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 21.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela empresa-mãe e das restantes entidades portuguesas individuais dentro do perímetro de consolidação durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2014 ascendeu a 17.057 milhares de euros (mês de Dezembro de 2013: 19.361 milhares de euros).

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas incluídas no perímetro de consolidação e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

2014					
Nome/Sede	Classificação	Participação directa	Direito de voto	Participação efectiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,90%	99,90%	99,90%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 1163 - 9º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Av. Andrés Bello 2115 Piso 2, Providencia, Santiago do Chile - Chile	Empresa associada	d)	25,50%	25,50%	Equivalência patrimonial
2013					
Nome/Sede	Classificação	Participação directa	Direito de voto	Participação efectiva	Método de consolidação
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa - mãe	-	-	-	-
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	99,90%	99,90%	99,90%	Integral
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 10º, 1070-061 Lisboa	Empresa filial	100,00%	100,00%	100,00%	Integral
Europ Assistance Macau, Lda. Av. Dr. Mário Soares, nº 323 Macau	Empresa filial	a)	70,00%	70,00%	Integral
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil	Empreendimento conjunto	b)	50,00%	50,00%	Equivalência patrimonial
Europ Assistance Argentina, S.A. Carlos Pellegrini 149 - 8º Buenos Aires - Argentina	Empresa filial	c)	56,10%	56,10%	Integral
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) Los Conquistadores 1700 Piso 8, Oficina 8B Santiago do Chile - Chile	Empresa associada	d)	25,50%	28,79%	Equivalência patrimonial

a) A constituição da empresa em Abril 1998 teve como objectivo principal a presença num novo mercado que se perspectivava com um enorme potencial a médio e longo prazo. Até à presente data não foi desenvolvida qualquer actividade.

b) A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. é detida pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. em 50%.

A EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A. detém participações nas seguintes Sociedades:

	Percentagem de participação	
	2014	2013
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.	100%	100%
CEABS Serviços, S.A.	100%	50%

c) A Europ Assistance Argentina, S.A. é detida em 56,10% pela Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda..

d) A Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda. detém uma participação efectiva de 25,50% (2013: 28,79%) na Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile).

A Europ Assistance, S.A. (Chile) detém 100% da Europ Servicios Spa (Chile).

No exercício de 2013 foi realizado o montante de 105.576,94 Euros relativo ao aumento de capital subscrito no exercício de 2011.

De seguida são apresentados os principais dados financeiros das Sociedades consolidadas:

2014					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	125.582.888	34.594.921	90.987.967	54.230.331	3.666.970
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	3.515.713	2.538.265	977.448	4.239.419	581.124
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	20.337.285	24.520	20.312.765	-	4.781.503
Europ Assistance Macau, Lda.	52.744	461	52.283	-	52
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. **	36.478.882	40.019	36.438.863	-	9.362.024
Europ Assistance Argentina, S.A.	6.877.941	6.024.635	853.305	15.322.813	86.528
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.823.553	1.944.265	879.289	6.253.398	278.606

* Inclui o resultado líquido do exercício

** As contas individuais destas entidades foram reexpressas em 2014 pelo ajustamento no resultado líquido da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.

2013					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	109.485.757	50.444.938	59.040.819	52.886.050	4.039.741
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	3.263.410	2.267.085	996.325	3.639.741	641.658
Ponte Alta - SGPS, Unipessoal Lda.	15.568.240	14.412	15.553.828	-	3.008.520
Europ Assistance Macau, Lda.	46.473	407	46.066	-	46
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. ***	29.371.133	88.795	29.282.338	-	5.640.696
Europ Assistance Argentina, S.A.	6.225.149	5.344.052	881.098	17.021.636	194.436
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.402.147	1.905.055	497.092	7.167.003	214.503

* Inclui o resultado líquido do exercício

** As contas individuais da Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. alteraram a política contabilística, passando a valorizar os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor de acordo com a IAS 39.

*** As contas individuais destas entidades foram reexpressas em 2013 pelo ajustamento no resultado líquido da Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM 2014 E 2013

No exercício de 2014, a Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência, S.A. empresa Brasileira detida em 100% pela EABS – Serviços de Assistência e Participações, S.A.. adquiriu 50% da participada CEABS Serviços S.A. pelo valor de 17.337.028 Reais (correspondente a 5.442.312 Euros). Deste modo a Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. passou a deter indirectamente uma participação de 50% nesta sociedade.

No exercício de 2014, a Europ Assistance Argentina, S.A. alterou a sua sede para Carlos Pellegrini 1163 - 9º Buenos Aires - Argentina.

No exercício de 2014 a Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) alterou a sua sede para Av. Andrés Bello 2115 Piso 2, Providencia, Santiago do Chile - Chile.

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência"; "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 03 de Fevereiro de 1993 e tem a sua sede social na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa.

A Sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência personalizados, a pessoas ou sociedades, no domínio da assistência no lar, na sociedade e em viagem (principalmente automóvel) e em quaisquer outras circunstâncias, bem como a prestação de serviços de atendimento telefónico e o fornecimento de produtos e a execução de trabalhos que se afigurem conexos ou complementares com a referida assistência.

A Ponte Alta – SGPS, Unipessoal, Lda. é uma sociedade por quotas constituída em 4 de Junho de 1996, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75 – 10º, 1070-061 Lisboa. A sociedade tem por objecto a gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Europ Assistance Macau, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 7 de Março de 1998, com sede na Av. Dr. Mário Soares, nº 323 em Macau. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência personalizados.

A EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 4 de Fevereiro de 2009, com sede na Alameda Tocantins 0125 - 8º São Paulo - Brasil. A sociedade tem por objecto a :

- a) Organização e gestão de serviços de credenciamento e filiação de serviços de assistência a pessoas e domicílios;
- b) Organização e gestão de serviços de assistência em viagem, tanto no Brasil quanto no exterior;
- c) Prestação de serviços de natureza complementar e afim; e
- d) Participação no capital de outras sociedades.

A Europ Assistance Argentina, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 5 de Março de 1997, com sede na Carlos Pellegrini 1163 - 9º Buenos Aires - Argentina. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência no mercado argentino e em outros mercados da América Latina Central, como é o caso da Venezuela.

A Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile) é uma sociedade anónima constituída em 13 de Agosto de 2004, com sede em Av. Andrés Bello 2115 Piso 2, Providencia, Santiago do Chile - Chile. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de assistência médica, em viagem, a veículos e lar, a pessoas e empresas no mercado chileno.

5. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os prémios brutos emitidos ascenderam a 68.215.003 euros e 67.880.528, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal e Argentina.

O relato por segmentos de negócio em 2014 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	21.239	22.701	2.758	2.306	(8.716)
Responsabilidade civil geral	2.684	2.586	63	195	(2.275)
Protecção jurídica	1.013.510	968.874	649.465	120.191	-
Assistência	66.343.201	65.842.648	53.816.574	10.704.880	(11.373)
Perdas pecuniárias diversas	834.370	1.568.102	1.212.672	229.892	(87.949)
TOTAL GERAL	68.215.003	68.404.911	55.681.532	11.057.464	(110.312)

O resultado de resseguro é em 2014 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de negócio em 2013 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	28.140	20.889	1.691	3.928	(9.282)
Responsabilidade civil geral	2.322	2.234	64	578	(1.874)
Protecção jurídica	989.468	1.038.496	891.419	98.754	-
Assistência	65.728.615	66.199.057	52.976.484	10.660.046	(58.350)
Perdas pecuniárias diversas	1.131.984	1.379.816	990.961	59.670	(111.490)
TOTAL GERAL	67.880.528	68.640.492	54.860.619	10.822.976	(180.996)

O resultado de resseguro é em 2013 uma perda para a Companhia.

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

	2014			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	68.250.507	968.873	65.829.270	1.452.365
Resultado dos investimentos*	1.347.299	24.055	1.287.185	36.059
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(55.637.441)	(649.465)	(53.814.568)	(1.173.408)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(11.112.424)	(120.191)	(10.759.839)	(232.393)
Outros rendimentos e gastos	(110.241)	-	(110.241)	-
Resultado técnico	2.737.701	223.271	2.431.807	82.623
Activos afectos à representação das provisões técnicas**	41.974.105	1.859.839	37.764.914	2.349.352
Provisões técnicas**	28.516.960	1.263.564	25.657.260	1.596.136

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.

** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

	2013			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	68.356.490	1.038.495	66.144.191	1.173.805
Resultado dos investimentos*	945.718	18.571	906.157	20.990
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(54.757.613)	(891.419)	(52.959.083)	(907.112)
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos	(10.928.616)	(98.754)	(10.765.686)	(64.177)
Outros rendimentos e gastos	(564.108)	-	(564.108)	-
Resultado técnico	3.051.870	66.893	2.761.471	223.506
Activos afectos à representação das provisões técnicas**	38.386.553	1.816.956	33.584.313	2.985.284
Provisões técnicas**	28.693.925	1.358.174	25.104.253	2.231.497

* O Resultados dos investimentos considerado apenas inclui a Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., sendo a distribuição efectuada pelos ramos de acordo com o Relatório e Contas individual da Sociedade.

** Inclui apenas valores referentes à Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o resultado técnico por segmento geográfico e por negócio é o seguinte:

	2014			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	54.265.835	968.873	51.844.598	1.452.365
Argentina	13.984.672	-	13.984.672	-
	<u>68.250.507</u>	<u>968.873</u>	<u>65.829.270</u>	<u>1.452.365</u>
Resultado dos investimentos				
Portugal	1.347.299	24.055	1.287.185	36.059
Argentina	-	-	-	-
	<u>1.347.299</u>	<u>24.055</u>	<u>1.287.185</u>	<u>36.059</u>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(44.595.490)	(649.465)	(42.772.617)	(1.173.408)
Argentina	(11.041.951)	-	(11.041.951)	-
	<u>(55.637.441)</u>	<u>(649.465)</u>	<u>(53.814.568)</u>	<u>(1.173.408)</u>
Participação nos resultados e custos de exploração líquidos				
Portugal	(8.200.045)	(120.191)	(7.847.460)	(232.393)
Argentina	(2.912.379)	-	(2.912.379)	-
	<u>(11.112.424)</u>	<u>(120.191)</u>	<u>(10.759.839)</u>	<u>(232.393)</u>
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	93.307	-	93.307	-
Argentina	(203.548)	-	(203.548)	-
	<u>(110.241)</u>	<u>-</u>	<u>(110.241)</u>	<u>-</u>
Resultado técnico				
Portugal	2.910.907	223.271	2.605.013	82.623
Argentina	(173.206)	-	(173.206)	-
	<u>2.737.701</u>	<u>223.271</u>	<u>2.431.807</u>	<u>82.623</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2013			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro				
Portugal	52.886.050	1.038.495	50.673.751	1.173.805
Argentina	15.470.439	-	15.470.439	-
	<u>68.356.490</u>	<u>1.038.495</u>	<u>66.144.191</u>	<u>1.173.805</u>
Resultado dos investimentos				
Portugal	945.718	18.571	906.157	20.990
Argentina	-	-	-	-
	<u>945.718</u>	<u>18.571</u>	<u>906.157</u>	<u>20.990</u>
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Portugal	(43.005.546)	(891.419)	(41.207.015)	(907.112)
Argentina	(11.752.068)	-	(11.752.068)	-
	<u>(54.757.613)</u>	<u>(891.419)</u>	<u>(52.959.083)</u>	<u>(907.112)</u>
Participação nos resultados e custos de exploração				
líquidos				
Portugal	(7.614.422)	(98.754)	(7.451.492)	(64.177)
Argentina	(3.314.194)	-	(3.314.194)	-
	<u>(10.928.616)</u>	<u>(98.754)</u>	<u>(10.765.686)</u>	<u>(64.177)</u>
Outros rendimentos e gastos				
Portugal	223.914	-	223.914	-
Argentina	(788.023)	-	(788.023)	-
	<u>(564.108)</u>	<u>-</u>	<u>(564.108)</u>	<u>-</u>
Resultado técnico				
Portugal	3.435.714	66.893	3.145.316	223.506
Argentina	(383.845)	-	(383.845)	-
	<u>3.051.870</u>	<u>66.893</u>	<u>2.761.471</u>	<u>223.506</u>

6. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2014			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	10.384	10.855	(8.716)	12.523
Responsabilidade civil geral	2.684	-	(2.275)	409
Protecção jurídica	830	1.012.680	-	1.013.510
Assistência	16.214.767	50.128.433	(13.379)	66.329.821
Perdas pecuniárias diversas	827.962	6.409	-	834.370
	<u>17.056.626</u>	<u>51.158.377</u>	<u>(24.369)</u>	<u>68.190.634</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	905.694	(715.786)	(130.034)	59.874
	<u>17.962.320</u>	<u>50.442.591</u>	<u>(154.403)</u>	<u>68.250.507</u>

Ramo técnico	2013			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	13.545	14.594	(9.282)	18.857
Responsabilidade civil geral	2.322	-	(1.874)	448
Protecção jurídica	2.386	987.082	-	989.468
Assistência	18.217.919	47.510.695	(2.389)	65.726.225
Perdas pecuniárias diversas	1.124.803	7.181	-	1.131.984
	<u>19.360.975</u>	<u>48.519.553</u>	<u>(13.545)</u>	<u>67.866.983</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	526.997	232.967	(270.457)	489.507
	<u>19.887.972</u>	<u>48.752.520</u>	<u>(284.002)</u>	<u>68.356.490</u>

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2014			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	9.371.118	32.377.935	(72.999)	41.676.054
Custos de gestão de sinistros imputados	4.111.368	9.651.595	-	13.762.963
Provisão para sinistros (variação)	164.907	4.610	28.908	198.425
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	13.647.392	42.034.140	(44.091)	55.637.441

	2013			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	10.142.604	29.643.028	(111.184)	39.674.448
Custos de gestão de sinistros imputados	4.282.640	9.763.648	-	14.046.288
Provisão para sinistros (variação)	81.029	947.670	8.179	1.036.878
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	14.506.272	40.354.347	(103.005)	54.757.613

Ver Nota 9 com detalhe dos custos imputados às funções.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

Conta Técnica	2014			2013		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Prémios adquiridos	17.962.320	50.442.591	68.404.911	19.887.972	48.752.520	68.640.492
Proveitos técnicos	17.962.320	50.442.591	68.404.911	19.887.972	48.752.520	68.640.492
Custos com sinistros	13.647.392	42.034.140	55.681.532	14.506.272	40.354.347	54.860.619
Participação nos resultados	4.673	50.287	54.960	72.046	33.595	105.641
Custos de exploração	3.519.911	7.537.553	11.057.464	3.876.754	6.946.222	10.822.976
Custos técnicos	17.171.976	49.621.979	66.793.956	18.455.072	47.334.164	65.789.236
Resultado financeiro	98.476	1.248.823	1.347.299	78.573	867.145	945.718
Margem técnica	888.820	2.069.434	2.958.254	1.511.473	2.285.500	3.796.974
Rácio de sinistralidade (1)	76,0%	83,3%	81,4%	72,9%	82,8%	79,9%
Rácio de despesas (2)	19,6%	15,0%	16,2%	19,9%	14,3%	15,9%
Rácio combinado (3)	95,6%	98,4%	97,6%	92,8%	97,1%	95,8%
Rácio operacional (4)	95,1%	95,9%	95,7%	92,4%	95,3%	94,5%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

8. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 25).

Ramos técnicos	2014			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	247.807	(120.223)	54.960	182.544
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>247.807</u>	<u>(120.223)</u>	<u>54.960</u>	<u>182.544</u>

Ramos técnicos	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>255.083</u>	<u>(112.917)</u>	<u>105.641</u>	<u>247.807</u>

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
Custos de aquisição		
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.378.248	1.301.631
Custos imputados	4.152.675	4.538.668
Total de custos de aquisição	<u>5.530.923</u>	<u>5.840.299</u>
Custos de aquisição diferidos (variação)	52.030	310.947
Custos administrativos		
Custos imputados	5.474.511	4.671.729
Total de custos administrativos	<u>5.474.511</u>	<u>4.671.729</u>
Custos e gastos de exploração líquidos	<u><u>11.057.464</u></u>	<u><u>10.822.975</u></u>

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2014 foi consistente com aquela adoptada em 2013.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2014	2013
Custos com sinistros	13.762.963	14.046.288
Custos de aquisição	4.152.675	4.538.668
Custos administrativos	5.474.511	4.671.729
Custos de gestão dos investimentos	108.836	42.120
Total	<u><u>23.498.985</u></u>	<u><u>23.298.806</u></u>

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2014	2013
Custos com o pessoal	14.726.631	14.905.925
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	1.498.256	691.584
Publicidade e propaganda	914.577	997.990
Deslocações, estadas e despesas de representação	375.637	539.411
Trabalhos especializados	782.705	739.483
Comunicações	530.679	605.513
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	470.090	482.956
Outras rendas e alugueres	286.206	381.747
Conservação e reparação	663.045	675.225
Electricidade	145.984	144.566
Seguros	269.020	339.193
Limpeza, higiene e conforto	87.206	80.770
Avenças e honorários	199.966	263.440
Outros	1.300.826	1.120.497
	<u>7.524.197</u>	<u>7.062.375</u>
Impostos e taxas	<u>851.355</u>	<u>909.295</u>
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	60.337	67.937
Activos tangíveis	227.629	311.154
	<u>287.966</u>	<u>379.091</u>
Comissões de administração de valores (investimentos)	<u>108.836</u>	<u>42.120</u>
	<u><u>23.498.985</u></u>	<u><u>23.298.806</u></u>

No exercício de 2014 foram reconhecidos custos referentes as regularizações nos contratos de management fees e royalties celebrados com a Europ Assistance Holding no montante de 617.280 Euros e 121.060 Euros, respectivamente.

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações		
- dos órgãos sociais	757.450	781.660
- do pessoal	7.506.819	7.524.132
Encargos sobre remunerações	1.754.979	1.669.193
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	240.683	88.350
- Planos de benefícios definidos	-	-
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(4.989)	12.618
Seguros obrigatórios	679.390	698.551
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	3.310	4.423
Custos com pessoal (Companhia)	<u>10.937.640</u>	<u>10.778.927</u>
Custos com pessoal (Argentina)	<u>3.788.990</u>	<u>4.126.998</u>
	<u><u>14.726.631</u></u>	<u><u>14.905.925</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o Conselho de Administração é composto por 5 e 7 elementos, respectivamente, dos quais 2 com funções executivas (Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2014 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 757.450 euros (2013: 781.660 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga auferiram remunerações no montante de 466.770 euros e 290.680 euros, respectivamente (2013: 457.110 euros, 298.550 euros). A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 102.721 euros (2013: 120.040 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 17.582 euros (2013: 11.377 euros).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a Companhia teve, em média, 586 e 555 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2014	2013
Dirigentes executivos	2	2
Quadros superiores	11	11
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	47	47
Profissionais qualificados	255	255
Total da Companhia	<u>322</u>	<u>322</u>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	84	54
Europ Assistance Argentina, S.A.	180	179
	<u>586</u>	<u>555</u>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2014 e 2013:

Categoria Profissional	2014	2013
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	4	3
Director Adjunto	6	7
Chefe de Serviços	3	4
Gestor Técnico	4	4
Secretárias	5	5
Coordenador Operacional	21	21
Especialista Operacional	237	248
Assistentes Comerciais	-	-
Programador Informática	-	-
Especialista Operacional - Estagiário	27	1
Técnico	17	19
Total da Companhia	<u>327</u>	<u>315</u>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	80	78
Europ Assistance Argentina, S.A.	179	178
	<u>586</u>	<u>571</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados (Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.) e na rubrica e “Outros gastos” (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.). Durante o ano de 2014 foram facturados 52.000 euros (2013: 60.820 euros) para

efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ASF.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2014 (2013: 11.000 euros).

10. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver nota 9.

Benefícios pós-emprego:

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiada a 31 de Dezembro de 2011 sendo transferido para um plano individual de reforma.

Plano de contribuição definida

No exercício de 2014 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 259.967 euros. A contribuição efectuada no exercício de 2014 inclui uma contribuição extraordinária de 58.093 euros resultante da revisão do CCT publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 45 de 8 de Dezembro de 2014. A contribuição extraordinária é aplicável aos trabalhadores admitidos na empresa em data anterior a 31 de Dezembro de 2012 e que prestem efectivamente trabalho na mesma desde, pelo menos, aquela data, na modalidade de contrato sem termo. Esta contribuição extraordinária corresponde a 1,25% da respectiva retribuição base anual auferida no exercício de 2014.

No exercício de 2013 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 178.377 euros.

No exercício de 2014 e 2013 a quantia dos activos do plano de contribuição definida é de 3.748.152 euros e de 3.401.733 euros, respectivamente. No exercício de 2014 e 2013 a rentabilidade efectiva agregada do novo fundo foi de 5,97% e de 6%, respectivamente.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula,

prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

11. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos são analisados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendimentos		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	522.965	564.516
Activos financeiros detidos para negociação		
Juros	4.731	12.900
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Juros	80.611	95.021
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	57.418	96.003
	<u>665.726</u>	<u>768.440</u>

12. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 9) no valor de 108.836 euros (2013: 42.120 euros).

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 9 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	108.836	42.120
	<u>108.836</u>	<u>42.120</u>
Outros gastos financeiros	1.337	6.145
	<u>1.337</u>	<u>6.145</u>
	<u>110.173</u>	<u>48.266</u>

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2014 e 2013, como segue:

	2014	2013
Activos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	869.727	433.513
Acções e outros títulos de rendimento variável	<u>(154.740)</u>	<u>(74.893)</u>
	<u>714.987</u>	<u>358.620</u>

14. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2014 e 2013, os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	2014	2013
Ganhos líquidos de activos financeiros detidos para negociação	76.595	36.858
	<u>76.595</u>	<u>36.858</u>

15. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	2014	2013
Activos financeiros disponíveis para venda	137.565	(30.318)
	<u>137.565</u>	<u>(30.318)</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	(175.017)	142.590
Diferenças de câmbio desfavoráveis	390	(835)
	<u>(174.627)</u>	<u>141.755</u>
	<u>(37.062)</u>	<u>111.437</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” relacionados com Activos financeiros disponíveis para venda respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

16. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2014 e 2013 a variação decompõem-se como segue:

	2014	2013
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	(189.715)	(756.373)
Outros devedores	(5.212)	(61.132)
	<u>(194.927)</u>	<u>(817.505)</u>

17. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2014 e 2013 a rubrica "Outros rendimentos/gastos" apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Outros rendimentos		
Rendimentos e ganhos financeiros	59.437	32.196
Ganhos em outros activos tangíveis	-	1.250
Restituição de impostos	51.698	-
Reversão de outras provisões	-	-
Outros rendimentos não técnicos:		
Prestações de serviços:		
Mercado interno		
Serviços "Call Center", Assistência Automóvel e outros (a)	3.523.633	3.043.867
Assistência a pedido	432.186	360.831
Mercado externo		
Serviços de "Call Center", Gestão de frota, Assistência Automóvel, gestão e assistência técnica (b)	1.903.511	1.905.908
Assistência a pedido	227.108	193.107
Subsídios à exploração:		
Medidas de estímulo e incentivo ao emprego	21.473	-
Medidas de apoio à contratação, via reembolso da TSU	3.778	-
Outros	50.275	48.130
	<u>6.273.100</u>	<u>5.585.289</u>
Outros gastos		
Gastos e perdas não correntes	(27.794)	(72.177)
Outros gastos	(1.623)	(5.324)
Gastos e perdas financeiras	(66.420)	(66.358)
Perdas em activos tangíveis	-	(926)
Outros gastos não técnicos:		
Custos com pessoal	(2.060.762)	(1.597.537)
Fornecimentos e serviços externos	(2.265.095)	(1.968.482)
Impostos e taxas	(68.854)	(80.698)
Depreciações e amortizações do exercício	(19.192)	(26.262)
	<u>(4.509.740)</u>	<u>(3.817.765)</u>
	<u>1.763.361</u>	<u>1.767.524</u>

(a) No exercício de 2014 existe um aumento de 16,47% das prestações de serviços explicado essencialmente pela comercialização de novos produtos, destinados a empresas da área de *utilities* (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

(b) No exercício de 2014, a rubrica "Outros rendimentos: Prestações de serviços – Mercado externo" inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com a filial EA Brasil e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 517.739 euros (2013: 340.111 euros) e 38.617 euros (2013: 38.766 euros), respectivamente.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo da rubrica “Caixa e seus equivalentes” em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Caixa	14.166	13.201
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.712.300	2.780.069
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.726.466	2.793.270

A rubrica de depósitos imediatamente mobilizáveis inclui um valor de 3.500.000 pesos argentinos (correspondentes a 337.089 Euros) relativos a um fundo comum denominado Alpha Pesos Plus “A” que converte em Certificados de Depósito Argentino, que apresenta uma liquidez elevada.

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 33).

Os investimentos financeiros nas associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se valorizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	25,50%	224.219
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	18.219.432
		<u>18.443.651</u>
	2013	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:		
Associadas:		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	28,79%	143.126
Empreendimentos conjuntos:		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	50,00%	14.641.169
		<u>14.784.295</u>

Os dados financeiros das empresas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são analisados como segue:

2014					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.**	36.478.882	40.019	36.438.863	-	9.362.024
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.823.553	1.944.265	879.289	6.253.398	278.606

* Inclui o resultado líquido do exercício

** Os valores apresentados refletem os ajustamentos nos resultados referentes ao mês de Dezembro da participada CEABS e dos auditores da EABSA.

2013					
Nome	Activo	Passivo	Capital Próprio*	Volume de negócios	Resultado líquido do exercício
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.**	29.371.133	88.795	29.282.338	-	5.640.696
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	2.402.147	1.905.055	497.092	7.167.003	214.503

* Inclui o resultado líquido do exercício

** Os valores apresentados refletem os ajustamentos nos resultados referentes ao mês de Dezembro da participada CEABS e dos auditores da EABSA.

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a participação na EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil) reflecte um *goodwill* de 4.922.811 euros e 4.867.049 euros, respectivamente.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 e 2013 são analisados como segue:

	2014	2013
Saldo inicial dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	143.126	42.657
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	14.641.169	14.648.920
	<u>14.784.295</u>	<u>14.691.577</u>
Aumentos de capital		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	-	105.577
Distribuição do resultado líquido do exercício anterior		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	(1.129.953)	-
Resultado líquido do exercício		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	71.045	61.761
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	4.681.012	2.820.348
Atualização cambial		
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (<i>goodwill</i>)	55.762	(997.316)
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A. (<i>participação</i>)	(28.559)	(1.830.782)
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	10.048	(66.869)
Saldo final dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		
Europ Assistance, S.A. y Filial (Chile)	224.219	143.126
EABS Serviços de Assistência e Participações, S.A.	18.219.432	14.641.169
	<u>18.443.651</u>	<u>14.784.295</u>

20. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. aplica os seus excedentes de tesouraria essencialmente, em títulos de rendimento fixo, com maturidade entre 1 e 5 anos, com o objectivo de gerar rendimento no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Unidades de participação	83.046	220.966
Obrigações de dívida pública	138.669	-
Obrigações de outros emissores	1.585.506	1.869.067
	<u>1.807.221</u>	<u>2.090.033</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta Sociedade apresenta o seguinte movimento na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”:

	2014	2013
Activos financeiros detidos para negociação		
Saldo inicial	2.090.033	1.584.605
Aquisições	2.747.725	3.363.389
Alienações	(3.062.408)	(2.880.230)
Revalorizações de justo valor	29.924	21.099
Revalorizações de custo amortizado	1.947	1.170
Saldo final	<u>1.807.221</u>	<u>2.090.033</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os títulos de rendimento fixo apresentam um montante de juro a receber de 10.747 euros e 13.096 euros, respectivamente (nota 28).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

21. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

2014						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	5.558.105	44.988	-	491.179	-	6.094.272
De outros emissores públicos	2.517.633	23.119	-	217.537	-	2.758.289
De outros emissores	22.694.613	86.130	-	394.857	137.565	23.313.166
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.640.987	-	-	1.033.169	-	4.674.156
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	34.411.339	154.237	-	2.136.742	137.565	36.839.882
2013						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.608.320	33.728	-	(12.498)	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.248.567	42.405	-	161.241	-	4.452.213
De outros emissores	19.847.497	101.880	-	127.055	(30.318)	20.046.114
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.889.865	-	-	603.661	-	5.493.526
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	33.594.249	178.013	-	879.459	(30.318)	34.621.403

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(*) Em 2014 e 2013, o montante de 137.565 euros e (30.318) euros, respectivamente reconhecido em resultados resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 15).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2014	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	400	3.762	11.909	16.094	4.674	36.840

(em milhares de euros)						
2013	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	-	2.253	14.036	12.839	5.494	34.621

Ver nota 36 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

22. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2014 e 2013 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 1.825.335 euros e 1.919.865 euros, respectivamente.

23. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 são analisados como segue:

RUBRICAS	2014							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	749.884	635.468	10.224	5.471	-	28.333	3.024	93.861
Máquinas e ferramentas	264.600	238.952	24.429	-	-	16.373	-	33.704
Equipamento informático	1.159.217	1.012.766	189.699	60.426	-	89.357	46.153	232.520
Instalações interiores	932.724	635.579	12.960	17.155	-	80.167	8.926	221.709
Material de transporte	35.390	35.390	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	24.024	904	-	-	1.038	-	723
Outras imobilizações corpóreas	300.501	65.640	10.455	-	-	1.534	-	243.782
Despesas em edifícios arrendados	1.810.592	1.633.706	20.721	8.742	-	30.019	4.647	163.493
Total	5.277.789	4.281.525	269.392	91.795	-	246.820	62.751	989.792

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

RUBRICAS	2013							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações				Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	802.561	666.685	37.539	90.215	-	54.571	85.788	114.417
Máquinas e ferramentas	297.596	242.707	-	32.996	-	29.241	32.996	25.648
Equipamento informático	1.267.120	1.047.590	54.696	162.599	-	103.702	138.526	146.451
Instalações interiores	826.411	546.413	136.027	29.714	-	114.900	25.734	297.145
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	5.495	-	5.495	-
Equipamento hospitalar	24.881	23.168	-	-	-	857	-	857
Outras imobilizações corpóreas	300.930	65.842	-	429	-	227	429	234.860
Despesas em edifícios arrendados	1.793.581	1.612.388	30.922	13.910	-	33.919	12.601	176.886
Total	5.353.963	4.245.677	259.184	329.864	5.495	337.416	301.569	996.264

No exercício de 2014 e 2013, o reforço das depreciações do exercício encontra-se reflectido nas rubricas de custos imputados por natureza em 227.629 euros e 311.154 euros, respectivamente (nota 9) e na rubrica “Outros gastos – depreciações do exercício” em 19.192 euros e 26.262 euros, respectivamente (nota 17).

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2014 e 2013 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

24. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2014 são analisados como segue:

Rubricas	2014							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.032.400	964.172	27.480	86.528	-	60.337	86.527	35.371
Total	1.032.400	964.172	27.480	86.528	-	60.337	86.527	35.371

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 são analisados como segue:

Rubricas	2013							Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		
	Valor bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	894.011	809.708	51.861	-	-	67.937	-	68.228
Total	894.011	809.708	51.861	-	-	67.937	-	68.228

Durante os exercícios de 2014 e 2013 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

25. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2014			2013		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	19.007.179	(36.449)	18.970.729	19.145.056	(166.484)	18.978.573
Provisão para sinistros	11.298.718	(3.000)	11.295.718	11.129.201	(31.908)	11.097.293
Provisão para participação nos resultados	182.544	-	182.544	247.807	-	247.807
Total de provisões técnicas	30.488.440	(39.449)	30.448.991	30.522.064	(198.392)	30.323.672

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2014			2013		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	7.763	-	7.763	9.120	-	9.120
Responsabilidade civil geral	633	-	633	535	-	535
Protecção jurídica	423.826	-	423.826	379.005	-	379.005
Assistência	17.204.280	-	17.204.280	16.702.588	-	16.702.588
Perda pecuniárias diversas	1.370.676	(36.449)	1.334.227	2.053.808	(166.484)	1.887.324
Provisão para prémios não adquiridos	19.007.179	(36.449)	18.970.729	19.145.056	(166.484)	18.978.572

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.790.516 euros (2013: 1.715.084 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2013: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2013: 10%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é analisada como segue:

	2014			2013		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	940	-	940	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	741.924	-	741.924	863.277	-	863.277
Assistência	7.923.777	-	7.923.777	7.738.041	(1.350)	7.736.691
Perda pecuniárias diversas	156.404	(3.000)	153.404	123.165	(30.558)	92.607
Sub-total	8.823.045	(3.000)	8.820.045	8.724.484	(31.908)	8.692.575
Provisão para IBNR	1.790.516	-	1.790.516	1.715.084	-	1.715.084
Provisão para gestão de sinistros	685.156	-	685.156	689.634	-	689.634
Total da provisão para sinistros	11.298.718	(3.000)	11.295.718	11.129.201	(31.908)	11.097.293

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a provisão para sinistros da Europ Assistance Argentina, S.A. ascende a 1.971.480 euros e 1.828.139 euros, respectivamente.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos na Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2013 (1)	Sinistros* pagos em 2014 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2014 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	550	-	550
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	949.605	483.930	523.515	57.840
Assistência	6.500.892	4.090.376	1.782.620	(627.897)
Perda pecuniárias diversas	135.481	29.472	904	(105.105)
Total	7.585.978	4.604.327	2.307.039	(674.612)

* Sinistros ocorridos no ano de 2013 e anteriores.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	Provisão para sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* pagos em 2013 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	660	-	-	(660)
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	835.048	439.865	555.517	160.334
Assistência	5.868.715	4.193.472	1.153.198	(522.045)
Perda pecuniárias diversas	83.820	37.682	-	(46.138)
Total	6.788.243	4.671.019	1.708.715	(408.510)

* Sinistros ocorridos no ano de 2012 e anteriores.

Nota: Valores anunciados referem-se apenas à entidade Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2014 é analisada como segue:

	2014			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.090	659	1.009	2.758
Responsabilidade civil geral	-	63	-	63
Protecção jurídica	583.522	205.374	(139.431)	649.465
Assistência	40.207.608	13.349.047	259.919	53.816.574
Perda pecuniárias diversas	956.833	207.820	48.019	1.212.672
Total	41.749.053	13.762.963	169.517	55.681.532

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2013 é analisada como segue:

	2013			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.745	667	(722)	1.690
Responsabilidade civil geral	-	64	-	64
Protecção jurídica	574.946	207.959	108.514	891.419
Assistência	38.487.121	13.627.163	862.201	52.976.485
Perda pecuniárias diversas	721.821	210.435	58.706	990.961
Total	39.785.632	14.046.288	1.028.699	54.860.619

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é analisada como segue:

	2014			2013		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	182.544	-	182.544	247.807	-	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	182.544	-	182.544	247.807	-	247.807

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2014			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	247.807	(120.223)	54.960	182.544
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>247.807</u>	<u>(120.223)</u>	<u>54.960</u>	<u>182.544</u>

	2013			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	255.083	(112.917)	105.641	247.807
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>255.083</u>	<u>(112.917)</u>	<u>105.641</u>	<u>247.807</u>

26. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a receber por operações de seguro directo		
Contas em cobrança	5.286.872	4.957.386
Ajustamentos	(816.130)	(795.977)
	<u>4.470.742</u>	<u>4.161.408</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	3.584.093	4.567.749
Resseguradores	68.793	108.835
Ajustamentos	-	(7.975)
	<u>3.652.886</u>	<u>4.668.609</u>
Contas a receber por outras operações		
Refacturações a segurados	23.612	48.890
Outros devedores (a)	2.135.665	1.997.683
Ajustamentos	(36.332)	(82.842)
	<u>2.122.945</u>	<u>1.963.731</u>
TOTAL GERAL	<u><u>10.246.574</u></u>	<u><u>10.793.748</u></u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da Companhia à EA Brasil no valor de 110.099 euros, respectivamente (ver nota 17).

27. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2014 foi apurado com base na taxa nominal de IRC de 23% (2013: 25%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A esta taxa acresce a derrama municipal aplicável ao lucro tributável, a qual ascende a 1,5% (2013: 1,5%). Adicionalmente, relativamente ao exercício de 2014, foi ainda considerada uma taxa de 3% de derrama estadual sobre o lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2014 e 2013, desagrega-se da seguinte forma:

	2014	2013
Imposto do exercício	1.511.194	1.626.356
Imposto diferido	(183.512)	23.425
Impostos sobre lucros	<u>1.327.682</u>	<u>1.649.781</u>

No exercício de 2014 e 2013 o imposto foi apurado de acordo com as seguintes taxas nominais:

Imposto	2014	2013
Matéria colectável	23%	25%
Lucro tributável	1,5%	1,5%
Lucro tributável acima de 1,5 milhões de euros e até 7,5 milhões de euros	3%	3%

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 14% (2013: 21%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	9.210.679	7.921.742
Taxa nominal + Derrama	2.256.616	2.099.262
Imposto sobre o rendimento	1.327.682	1.649.781
Corrente	1.511.194	1.626.356
Diferido	(183.512)	23.425
Taxa efectiva	14,4%	20,8%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	928.935	449.480
Tributação autónoma	209.086	179.936
Derrama estadual	78.666	73.195
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	(183.512)	23.425
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	(8.396)	14.225
Reversão de provisões tributadas	-	-
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(1.164.254)	(763.759)
Benefícios pós-emprego	-	-
Benefícios fiscais e outros ajustes	(116.728)	(89.942)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	(34.193)	8.034
Excesso/Insuficiência de estimativa	25.334	15.949
Outras diferenças permanentes	265.062	89.457

No exercício de 2014 e 2013 a rubrica “Imposto corrente” inclui imposto diferido activo relativo a provisões para outros créditos, a uma regularização de custos de royalties e management fees e previsão de vendas e imposto diferido passivo para bens em uso relativos à Europ Assistance Argentina, S.A. no valor líquido de 187.668 euros e 366.695 euros, respectivamente.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2014 e 2013 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Activo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre o rendimento	15.585	57.040	466.338	375.403
Retenções de imposto na fonte	77	-	549.756	568.351
Contribuições para a Segurança Social	-	-	438.496	398.760
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	126.882	106.815	200.298	560.166
Outros impostos e taxas	-	-	82.091	95.274
Total	142.544	163.855	1.736.979	1.997.954

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2014 e 2013 foram reconhecidos como segue:

	2014	Impacto em CP	Impacto em G&P	2013	Impacto em CP	Impacto em G&P	2012
Impostos diferidos activos							
Provisão para prémios de desempenho	101.992	-	(14.966)	116.958	-	(23.425)	140.383
Acréscimo de gastos com royalties e management fees	198.478	-	198.478	-	-	-	-
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	-	-	-	-	-	-	-
IAS 19 - Resultado	-	-	-	-	-	-	-
Provisões outros créditos e previsão vendas (Argentina)	650.291	-	187.669	462.622	-	345.111	117.511
Total	950.761	-	371.181	579.580	-	321.686	257.894
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	544.869	311.812	-	233.057	115.921	-	(348.978)
Bens em uso (Argentina)	-	-	-	-	-	21.584	(21.584)
Total	544.869	311.812	-	233.057	115.921	21.584	(370.562)
Imposto corrente			187.669			366.695	
Imposto diferido			183.512			(23.425)	
Impacto total em Ganhos e Perdas			371.181			343.270	
Impacto total em Capital Próprio		(311.812)			(115.921)		

28. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	2014	2013
Acréscimos e diferimentos activos		
Gastos diferidos com rendas	46.194	45.815
Gastos diferidos com seguros	7.121	12.531
Outros gastos diferidos	106.655	80.829
Outros rendimentos a acrescer	58.786	2.514
Juros a receber	10.747	13.096
Outros acréscimos de rendimentos	251.892	59.323
Total	481.396	214.108
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	2.124.022	2.136.950
Receita antecipada diferida	294.811	383.153
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados (a)	2.716.673	1.171.104
Rendimentos diferidos (b)	553.608	710.477
Total	5.689.113	4.401.684

(a) A rubrica “Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados” apresenta uma variação que diz respeito essencialmente à aumento dos acréscimos de custos com trabalhos especializados, rendas e comunicações e custos com prestação de serviços estimados da Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.. Em 31 de Dezembro 2014 foram reconhecidos acréscimos de custos referentes a regularizações nos contratos de management fees e royalties celebrados com a Europ Assistance Holding no montante de 783.680 Euros.

(b) Na rubrica “Rendimentos diferidos”, estão registados os valores recebidos referentes aos contratos para os quais a Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. já assumiu a responsabilidade, e onde a mesma é extensível por mais do que um ano.

29. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo regulador.

Rubricas	2014		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	18.443.651	18.443.651
Outros investimentos financeiros	41.934.655	4.264.249	46.198.904
Outros activos	39.449	12.846.437	12.885.886
	<u>41.974.105</u>	<u>35.554.337</u>	<u>77.528.441</u>

Rubricas	2013		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	14.784.295	14.784.295
Outros investimentos financeiros	38.188.162	3.236.409	41.424.571
Outros activos	198.392	12.815.784	13.014.176
	<u>38.386.554</u>	<u>30.836.488</u>	<u>69.223.042</u>

30. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contribuição para Fundo de Pensões	54.609	-
Prémio de Permanência	69.623	76.214
	<u>124.232</u>	<u>76.214</u>

31. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	38.293	36.962
Mediadores	30.983	27.510
	<u>69.276</u>	<u>64.472</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	128	2.111
Ressegurados	233.717	-
	<u>233.845</u>	<u>2.111</u>
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	329.417	302.324
Pessoal	246.667	153.852
Credores diversos (a)	2.258.746	1.945.439
Refacturação Gestão de Usados (b)	968.499	817.163
	<u>3.803.330</u>	<u>3.218.778</u>
TOTAL	<u><u>4.106.450</u></u>	<u><u>3.285.360</u></u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2014 o aumento na rubrica “Credores diversos” diz respeito ao acréscimo de actividade e conseqüentemente de saldos a pagar na EA Argentina.

(b) A rubrica de “Refacturação Gestão de Usados” apresenta um aumento resultante do reforço de adiantamentos por conta de arranjos a decorrer em viaturas usadas, nomeadamente da BMW e Peugeot (Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.).

32. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. O saldo apresentado é relativo, essencialmente a acções judiciais e respectivos encargos.

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor provisionado ascendeu aos 157.172 euros (2013: 82.490 euros).

33. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVLIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital accionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2014 e 2013, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa óptica mensal. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R de 27 de Abril e a Norma Regulamentar 12/2008-R de 30 de Outubro do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2014 com um montante de Capitais próprios de 34,3 milhões de euros, valor que é superior ao valor registado em 2013, que se cifrou em 28,2 milhões de euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela valorização dos investimentos em activos financeiros disponíveis para venda de 0.9 milhões de euros e pelo resultado alcançado no exercício de 7.84 milhões de euros.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 788% e 520% em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Entidade	Número de acções		
	2014	2013	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Europ Assistance Holding (França) (a definir)	3	-	0,00%
Martin Vial	-	3	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
Paolo Vagnone	3	3	0,00%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100,00%</u>

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva legal ascendia a 1.669.678 euros (2013: 1.262.931 euros).

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta rubrica contempla ainda o valor da reserva legal das entidades consolidadas pelo método integral.

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva de reavaliação ascendia a 2.136.742 euros (2013: 879.459 euros).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

As reservas de reavaliação de diferenças de câmbio reflectem os ajustamentos decorrentes da conversão da moeda funcional das contas individuais para o Euro relativas às empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva de reavaliação de diferenças de câmbio ascendia a (2.786.478) euros (2013: (2.766.606) euros).

iii) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2014 a reserva por impostos diferidos ascendia a (544.869) euros (2013: (233.057) euros). Ver nota 27.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2014	2013
Resultado líquido atribuível aos accionistas	7.844.445	6.185.938
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	5,23	4,12

Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 31 de Março de 2014 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2013:

Reserva Legal	409.435 euros
Dividendos	3.600.000 euros
Resultados Transitados	2.176.503 euros

Os dividendos atribuídos foram distribuídos parcialmente através de um dividendo antecipado de 900.000 Euros, liquidado durante 2013. O valor distribuído por acção corresponde a 2,40 euros por acção.

34. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	942	996
Europ Assistance Macau, Lda.	15.685	13.820
Europ Assistance Argentina, S.A.	<u>374.644</u>	<u>386.846</u>
	<u>391.271</u>	<u>401.662</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2014 e 2013 apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	546	641
Europ Assistance Macau, Lda.	16	14
Europ Assistance Argentina, S.A.	<u>37.990</u>	<u>85.367</u>
	<u>38.552</u>	<u>86.022</u>

35. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2014:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	68.793	-	39.885
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	(257.838)	285.495	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	(1.190.369)	1.304.810	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	13.508.452
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	COMISSÕES	(216.785)	1.307.357	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	119.505	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES, S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	240.683	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	110.099	-	517.739
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	38.617

Ano de 2013:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	108.835	-	100.656
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	(83.522)	157.391	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	(495.491)	534.193	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	11.870.513
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A	COMISSÕES	-	1.192.666	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	42.120	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES, S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	88.350	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	340.111
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	38.766

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais
Ver nota 9.

36. GESTÃO DOS RISCOS – (VALORES RETIRADOS DO ANEXO INDIVIDUAL DA COMPANHIA)

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados. Neste âmbito, é reportado anualmente desde 2008 o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao n.º 1 do art.º 19.º da Norma Regulamentar 14/2005-R, do Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões.

Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Companhia.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objectivos, a delegação de autoridades, a monitorização

financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às acções correctivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- **Risco de crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.
- **Risco de mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos activos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das acções, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de commodities (ex: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do activo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre activos e passivos.
- **Risco de liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

36.1 RISCOS DE SEGURO

Gestão do risco específico de seguros: Este risco é aplicável a todos os ramos de actividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de emissão de prémios e resseguro:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.

- **Risco de Subscrição:** risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco.

- **Risco de Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

- **Gestão dos Processos de Sinistro:** risco associado à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na base de dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

No exercício de 2014 e 2013 verificaram-se os seguintes desvios no número de sinistros ocorridos:

	2014		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	44	95	-61,82%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	482.144	453.766	4,20%
Protecção jurídica	1.521	1.690	7,03%
Perdas pecuniárias diversas	2.045	1.868	38,90%
Total	485.754	457.419	6,19%

	2013		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	21	55	-61,82%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	452.256	434.032	4,20%
Protecção jurídica	1.949	1.821	7,03%
Perdas pecuniárias diversas	1.664	1.198	38,90%
Total	455.890	437.106	4,30%

	2014	2013
Número de apólices (Seguro directo)	566	566
Rácio de sinistralidade	82,03%	81,08%

Sendo a actividade da Companhia em 2014 cerca de 94% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2013: 93%).

Análise de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2014	2013
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(2.230)	(2.150)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(741)	(751)

36.2 RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores é considerada residual pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,31 % do total de prémios de Seguro Directo em 2014 (2013: 2,66%) e 0,13% do total de prémios brutos emitidos (2013: 0,20%) pelo que consideramos o risco residual.

Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos ao risco de incumprimento da contraparte. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 63,28% do total (2013: 68,89%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que existam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado Group Risk Guidelines (GRG)).

O investimento em activos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Salvar um retorno adequado, respeitando a estabilidade financeira e uma gestão sã e prudente da Companhia;
- Privilegiar as transacções sobre activos cotados;
- Respeitar os princípios de dispersão e diversificação;

A política de investimento definida estabelece limites relativos à alocação por categoria de activo, bem como estabelece limites dos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro.

A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direcção Administrativa e Financeira. A monitorização do cumprimento da política de investimento é efectuada numa base mensal sendo reportada à empresa-mãe trimestralmente.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emiteente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

Rating	(em milhares de euros)			
	2014		2013	
	%	Valor	%	Valor
AAA	17,70%	5.694	22,07%	6.430
AA	26,67%	8.580	19,33%	5.631
A	32,10%	10.325	37,20%	10.834
BBB	21,75%	6.997	19,93%	5.806
BB	1,77%	569	1,46%	426
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	0,00%	-
Total	100,00%	32.166	100,00%	29.128

Verificamos acima que cerca de 76,48% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2013: 78,60%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontra-se apresentada conforme segue:

(em milhares de euros)

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2014			2013		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	0,55%	204	-	0,00%	-	-
Bens Consumíveis	1,40%	515	-	3,58%	1.240	-
Energia	0,40%	149	-	3,13%	1.083	-
Financeiro	34,03%	12.538	-	40,56%	14.043	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Pública	16,54%	6.094	-	13,37%	4.629	-
Industrial	26,76%	9.860	-	16,34%	5.659	-
Medicina	1,64%	602	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	5,98%	2.203	-	9,83%	3.405	-
Outros	12,69%	4.674	-	13,18%	4.562	-
Total	100,00%	36.840	-	100,00%	34.621	-

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2014	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.439.188	56,43%
Finlandia	1.310.596	21,51%
França	1.031.140	16,92%
Itália	313.347	5,14%
Total	6.094.272	100,00%

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2013	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.151.815	68,08%
Finlandia	1.166.836	25,20%
Itália	310.898	6,72%
França	-	0,00%
Total	4.629.550	100,00%

Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2014 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

De acordo com a IFRS 13, os activos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado directamente com referência a um mercado oficial activo.

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, A Europ Assistance, detém os seguintes activos financeiros ao justo valor classificados de acordo com os seguintes níveis:

	31-12-2014		
	Nível 1	Nível 3	Total
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	6.094.272	-	6.094.272
De outros emissores públicos	2.758.289	-	2.758.289
De outros emissores	23.313.166	-	23.313.166
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.654.656	1.019.500	4.674.156
	<u>35.820.382</u>	<u>1.019.500</u>	<u>36.839.882</u>
	31-12-2013		
	Nível 1	Nível 3	Total
Activos financeiros disponíveis para venda			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De dívida pública	4.629.550	-	4.629.550
De outros emissores públicos	4.452.213	-	4.452.213
De outros emissores	20.046.114	-	20.046.114
Acções	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	4.561.849	931.677	5.493.526
	<u>33.689.726</u>	<u>931.677</u>	<u>34.621.403</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Nos exercícios de 2014 e 2013 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	11	889.320
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	42.357
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>11</u>	<u>931.677</u>
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	87.823
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>11</u>	<u>1.019.500</u>

O investimento classificado como nível 3 reflecte a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste activo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

No exercício de 2014 e 2013 não ocorreram transferências de activos financeiros entre os diferentes níveis.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2014 é de 9,60% (2013: 9,75%) do total da carteira de investimentos.

Análises de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2014	2013
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	-
Fundos de acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(365)	(312)

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2014	2013
Taxa de Juro	Subida de 50 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(561)	(484)

Riscos de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2014	Var %	2013
Liquidez (1)	1,16	61,26%	0,72

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

36.3 OUTROS RISCOS

Gestão do risco operacional: Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2014 a taxa de saída de empregados foi de 6,91, apresentando um acréscimo de 23,61% relativamente a 2013 (5,59). A taxa de absentismo em 2014 foi de 3,44, apresentando um acréscimo de 29,81% relativamente a 2013 (2,65). O número de empregados cresceu 3,81% face a 2013, situando-se nos 327, em 31 de Dezembro de 2014.

	2014	2013	Varição percentual
Rátios de recursos humanos			
Taxa de saída	6,91	5,59	23,61%
Taxa de absentismo	3,44	2,65	29,81%
Nº médio de empregados	322	322	0,00%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	23.002	23.319	-1,36%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	2,02	1,86	8,67%
Despesas gerais / Prémios	13,66%	14,33%	-4,67%

Gestão do risco estratégico: riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2014 verifica-se um acréscimo das vendas no mercado automóvel (36%). No mercado segurador observa-se um crescimento de 12,92% no ramo Vida e uma ligeira queda de 0,16% nos ramos não Vida.

fonte: Acap

	2014*	Varição percentual	2013	Varição percentual	2012
Total mercado automóvel	172.390	36%	126.684	12%	113.411

* Valores provisórios

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhões de Euros

	2014*	Varição percentual	2013*	Varição percentual	2012*
Vida	10.439	12,92%	9.245	31,81%	7.014
Não Vida	3.852	-0,16%	3.858	-4,01%	4.019
TOTAL	14.291	12,76%	13.103	27,80%	11.033

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2014*	Varição percentual	2013*	Varição percentual	2012*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	515.942	0,94%	511.158	-8,05%	555.892
Doença	589.169	3,26%	570.554	3,23%	552.697
Acidentes (outros)	154.245	2,32%	150.749	-1,91%	153.687
Incêndio e Outros Danos	751.371	-1,20%	760.470	-0,86%	767.038
Automóvel	1.448.547	-2,01%	1.478.229	-5,81%	1.569.405
Marítimo e Transportes	28.352	-10,31%	31.611	-1,24%	32.009
Aéreo	5.968	-18,54%	7.326	-11,15%	8.245
Mercadorias Transportadas	23.533	-4,64%	24.677	-1,02%	24.931
Responsabilidade Civil Geral	108.061	1,63%	106.324	-6,62%	113.857
Diversos	227.238	4,62%	217.205	-10,01%	241.364
TOTAL	3.852.426	-0,15%	3.858.303	-4,00%	4.019.125

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ASF

Valores expressos em milhares de Euros

	2014*	Peso	2013*	Peso	2012*
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	517.584	13,26%	513.535	13,15%	557.811
Doença	590.798	15,13%	572.060	14,64%	554.002
Acidentes (outros)	159.285	4,08%	156.225	4,00%	157.685
Incêndio e Outros Danos	767.723	19,66%	776.065	19,87%	785.616
Automóvel	1.454.649	37,26%	1.485.472	38,03%	1.572.535
Marítimo e Transportes	28.352	0,73%	31.609	0,81%	32.131
Aéreo	6.035	0,15%	7.341	0,19%	8.260
Mercadorias Transportadas	23.832	0,61%	24.983	0,64%	25.235
Responsabilidade Civil Geral	110.636	2,83%	108.676	2,78%	116.563
Diversos	245.527	6,29%	230.473	5,90%	250.902
TOTAL	3.904.421	100,00%	3.906.439	100,00%	4.060.740

* Valores provisórios

Quota de Mercado (Assistência)	2014 Proj	2013	fonte: ASF / APS / Benchmark's		
			Var %	2012	Var %
Europ Assistance	36%	35%	2,9%	35%	0,0%
Cares	28%	30%	-6,7%	30%	0,0%
Inter Partner	12%	12%	0,0%	12%	0,0%
Mondial Assistance	8%	7%	14,3%	8%	-12,5%
	84%	84%	0,0%	85%	-1,2%

37. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2014 e 2013 apresenta-se de seguida:

	2014	2013
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas	79.695.665	48.311.512
Resultados Transitados	125.332	89.566
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	366.970	439.741
Valor de Balanço	87.687.967	56.340.819
Ajustamentos	(35.371)	(68.228)
Margem de Solvência disponível	87.652.596	56.272.591
Margem de Solvência requerida	11.117.203	10.824.757
Rácio de Solvência	788,44%	519,85%

O impacto do aumento do Capital Próprio decorrente da classificação ao justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos gera um impacto positivo na Reserva de reavaliação em 2014 e 2013 no montante de 73.752.330 euros e 43.717.622 euros, respectivamente.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

38. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 782.320 euros para Locarent e Leaseplan (2013: 810.137 euros) e 345.626 euros para HP Finance (2013: 393.206 euros).

	2014		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	782.320	183.446	292.380
Equipamento Informático	345.626	82.211	10.260
Total	1.127.946	265.657	302.639

	2013		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	810.137	187.560	136.605
Equipamento Informático	393.206	98.127	63.160
Total	1.203.343	285.687	199.766

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, verificou-se uma regularização fruto de uma alteração de estimativa relativa aos contratos de management fees e royalties tidos com a Europ Assistance Holding. A regularização em epígrafe gerou um ajuste dos custos com fornecimentos e serviços externos, conforme nota 9.

A Administração foi notificada no dia 28 de Janeiro de 2015 que a Calm Eagle Holdings S.à.r.l. concluiu a aquisição, em 15 de Janeiro de 2015, de uma participação qualificada directa, correspondente a 100% do capital social e direitos de voto da sociedade Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e, consequentemente, de uma participação qualificada indirecta na Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A..

40. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2014.

40.1 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE COM EFEITOS NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E DIVULGAÇÕES ADOPTADAS PELA EMPRESA/GRUPO

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia.

40.2 - REVISÕES, ALTERAÇÕES E MELHORIAS NAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ENDOSSADAS PELA UE SEM EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA/GRUPO

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

40.3 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2015 e que a empresa/grupo não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 - Pagamentos com base em acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 - Segmentos operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmento.

A divulgação da reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que

possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao porfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de investimento

Clarifica que à luz da IFRS 3 se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de activos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de activos financeiros

- Todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transacção no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (JVAGP) . No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transacção, conforme definido na IFRS - 15 Rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objectivo de

deter os activos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objectivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de activos financeiros, então o instrumentos é medido pelo valor justo através do resultado integral (JVARI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo JVAGP. Além disso, existe uma opção que permite que os activos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como JVAGP se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao JVAGP. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento a instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como JVAGP usando a opção do justo valor , a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9 , incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos activos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações .
- Geralmente, as entidades são obrigados a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

- A mensuração das PEC deve reflectir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospectivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura .
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospectiva.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014)

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns activos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e activos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transacção, (iv) alocar o preço da transacção para as obrigações de desempenho no contrato e (iv) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos directamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração do resultado e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subseqüentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às actividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de actividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos

significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (excepto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respectivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adoptadas e aplicação inicial de uma norma).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos (Emendas emitidas em 12 de Maio de 2014)

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflecte um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o activo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do activo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do activo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar activos intangíveis.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de Setembro de 2014)

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a reclassificações directas de activos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para activos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do activo.

Aplicação prospectiva.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de interim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um activo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao activo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efectuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

Aplicação retrospectiva.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

4. ANEXOS



CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	Europ Assistance, S.A. (Chile) y Filial	93	2.783			223.350	2.411	224.219
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	EABS - Serviços de Assistência e Participações, S.A. (Brasil)	10.890	2.123			7.149.999	1.673	18.219.432
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	10.983				7.373.349		18.443.651
	sub-total	10.983				7.373.349		18.443.651
	total	10.983				7.373.349		18.443.651
	ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTEDPTOM0035	ELEPOR 6 12-05/2015 - Tx. 6.00%	50.000	1		1,00	50.179	1,01	50.719
PTZONDOE0003	ZONPL 6.85 12-06/15 - Tx. 6.85%	42.000	1		1,00	41.938	1,02	42.882
PTGALFOE0002	GALPPL Float 18	100.000	1		1,00	99.984	1,03	102.750
PTSEMCOE0006	SEMAPL Float 16 - Tx. 1.76%	50.000	1		0,95	47.671	0,99	49.625
PTBITIOM0057	BCPPL 3.375 14-02/17 - Tx. 3.38%	100.000	1		1,00	99.947	1,01	101.242
PTJLLAOE0001	JOSEML Float 19 - Tx. 4.26%	40.000	1		1,00	39.984	1,00	40.000
PTPTIHOT0014	PTIPL 5.375 13-05/20	100.000	1		1,00	100.014	1,07	107.154
PTMENKOM0001	EGLPL 6.85 13-03/16 - Tx. 6.85%	20.000	1		1,01	20.154	1,02	20.400
	sub-total	502.000				499.871		514.772
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
LU0062574610	ES-EURO BOND EUR	49	1		1.636,36	80.165	1.695,17	83.046
	sub-total	49				80.165		83.046
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0005009839	CCTS Float 13-11/19	38.000	1		1,02	38.756	1,02	38.756
XS1147549601	ICO 0.375 14-10/2016	50.000	1		1,00	49.923	1,00	49.923
XS1089831249	DBHNGR FL 14-07/20 - Tx. .50%	50.000	1		1,00	49.990	1,00	49.990
	sub-total	138.000				138.669		138.669
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19	28.000	1		1,00	27.913	1,09	30.437
XS0901370691	MS 2.25 13-03/2018 - Tx. 2.25%	32.000	1		1,00	31.900	1,05	33.567
XS0927517911	VW Float 13-05/16	50.000	1		1,00	49.978	1,00	50.130
XS0304816076	TITIMFloat 06/16	50.000	1		0,98	48.774	1,00	49.786
XS0282583722	Morgan Stanley 01/17	50.000	1		0,99	49.447	1,00	49.977
XS1023268060	BAYNGR Float 16 - Tx. .52%	40.000	1		1,00	39.991	1,00	40.049
XS1002933072	HEIGR 3.25 13-10/21 - Tx. 3.25%	40.000	1		1,00	40.070	1,10	43.809
XS1025752293	ODGR 2.375 14-02/21 - Tx. 2.38%	40.000	1		1,00	39.882	1,07	42.895
DE000A1R0410	TKAGR 3.125 14-10/19 - Tx. 3.13%	50.000	1		0,99	49.669	1,05	52.647
FR0011567940	PEUGOT 6.5 13-01/19 - Tx. 6.50%	30.000	1		1,11	33.216	1,15	34.616
DE000A12T795	HOTGR 2.625 14-05/19 - Tx. 2.63%	30.000	1		0,99	29.843	1,04	31.204
DE000A11QGR9	SIXT 2 14-06/2020 - Tx. 2.00%	30.000	1		0,99	29.807	1,02	30.558
XS1075471265	RENAULT FL 14-06/17 - Tx. 1.03%	40.000	1		1,00	39.994	1,00	40.184
DE000A1ZLUN1	DAIGAG2.125 14-07/22 - Tx. 2.13%	40.000	1		0,99	39.791	1,06	42.282
XS1107890763	TOYOTA 1 14-09/2021	40.000	1		1,00	39.804	1,02	40.827
XS1109110251	LHAGR 1.125 14-09/19	30.000	1		1,00	29.881	1,00	29.948
FR0012173706	MCFF 1 14-09/2021	50.000	1		0,99	49.749	1,03	51.252
IT0004762586	UCGIM Var 11-09/2017	30.000	1		1,00	30.051	0,99	29.666
AT0000A19S18	VOEAV 2.25 14-10/21	30.000	1		1,00	29.974	1,04	31.124
XS1132789949	NESNVX 0.75 14-11/21	50.000	1		0,99	49.649	1,01	50.748
DE000A13R8M3	MEOGR 1.375 14-10/21	50.000	1		0,99	49.632	1,00	50.005
XS1130101931	GS Float 14-10/2019	50.000	1		1,00	49.928	1,00	50.106
DE000A13SL18	SAPGR Float 14-11/18	50.000	1		1,00	50.000	1,00	50.140
XS1138423774	OMVAV 0.6 14-11/18	50.000	1		1,00	49.986	1,00	50.192
XS0249026682	HBOS Float 03/16	40.000	1		1,00	39.880	1,00	39.820
XS0938722237	GLENLN Float 16	30.000	1		0,74	22.088	0,83	24.768
	sub-total	1.050.000				1.040.895		1.070.734
	total Activos financeiros detidos para negociação	1.690.049				1.759.600		1.807.221
	ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS E ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA*							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
XS0586598350	ELEPOR5.875 11-02/16	135.000	1		0,99	134.164	1,10	148.914
PTPTIHOT0014	PTIPL 5.375 13-05/20	100.000	1		1,00	100.000	1,08	107.826
	sub-total	235.000				234.164		256.740
	sub-total	235.000				234.164		256.740
	total	235.000				234.164		256.740
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
	sub-total	-				-		-
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	-				-		-
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	ES-EUROPEAN EQ EUR	15.065	1		82	1.240.193	89,80	1.352.811
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAR	11	50.000		53,699	576.405	94.978,61	1.019.500
US78462F1030	STANDARD&POORS DEP	6.300	1		116	728.018	170,92	1.076.827
IE0030382026	INVESCO ASIAN EQ-C	155.922	1		5	767.485	5,82	906.688
LU1017157287	ES-Portugal Equity	81.206	1		4	328.886	3,92	318.329

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
	DESIGNAÇÃO							unitário	Total
		sub-total	258.504				3.640.987		4.674.156
		sub-total	258.504				3.640.987		4.674.156
	2.2.2 - Títulos de dívida								
	2.2.2.1 - De dívida pública								
FI4000047089	RFGB1.625 12-09/22		1.200.000	1		0,99	1.188.570	1,09	1.310.596
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21		2.230.000	1		1,05	2.339.917	1,14	2.553.180
IT0004809809	CCTS Float 06/15/17		300.000	1		0,96	288.009	1,04	313.347
DE0001102309	DBR 1.5 13-02/23		800.000	1		1,01	806.568	1,11	886.008
FR0011619436	FRTR 2.25 13-05/2024		900.000	1		1,07	959.572	1,15	1.031.140
		sub-total	5.430.000				5.582.636		6.094.272
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS0676294696	EIB 2.75 11-09/2021		1.000.000	1		1,02	1.024.705	1,17	1.166.362
DE000A1MBB62	KFW 1.875 12-03/2019		1.000.000	1		1,00	998.180	1,09	1.088.892
XS1089831249	DBHNGR FL 14-07/20		500.000	1		1,00	500.000	1,01	503.035
		sub-total	2.500.000				2.522.885		2.756.289
	2.2.2.3 - De outros emissores								
XS0789283792	AALLN 2.75 12-06/19		250.000	1		0,99	247.340	1,08	269.774
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19		400.000	1		1,00	398.228	1,10	438.378
XS0245166367	Ge Cap Eur Fund /16		500.000	1		0,98	490.095	1,00	500.344
FR0011485275	ARRFP Float 13-01/16		300.000	1		1,00	299.985	1,01	302.446
XS0925003732	EIBKOR 2 13-04/2020		500.000	1		1,00	499.450	1,07	533.112
XS0931455777	VLVY FL 13-05/2016		300.000	1		1,00	300.000	1,01	302.302
XS0503833344	CBAAU Float 06/01/16		400.000	1		0,98	391.400	1,00	399.827
XS0301885603	JPM Float 07-05/17		500.000	1		0,98	488.500	1,00	498.625
XS0956253636	ABNANVFloat 13-08/16		400.000	1		1,00	400.000	1,01	402.502
XS0989165716	BMO FL 13-11/16		400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.754
XS0306992545	INTNED Float 07/17		425.000	1		0,72	305.759	0,82	348.761
XS0938722237	GLENLN Float 16		487.000	1		0,73	357.915	0,83	402.590
XS1019327029	VW Float 14-01/16		500.000	1		1,00	500.000	1,00	500.076
XS1023268060	BAYNGRFloat 14-01/16		400.000	1		1,00	400.000	1,00	400.713
FR0011731876	ACFP 2.625 14-02/21		500.000	1		0,99	495.380	1,08	542.350
XS1040272459	POHKB FL 14-03/2017		700.000	1		1,00	699.790	1,00	703.105
DE000A1R0410	TKAGR 3.125 14-10/19		150.000	1		0,99	148.802	1,06	158.800
XS1038784119	SCANIAFloat 14-11/15		400.000	1		1,00	400.000	1,00	400.289
FR0011798115	RIFP 2 14-06/2020		500.000	1		1,00	497.990	1,07	535.216
XS1046796253	RABOBK FL 14-03/19		500.000	1		1,00	499.505	1,01	503.447
XS1043096400	BATSLNFloat 14-03/18		400.000	1		1,00	399.204	1,01	402.157
XS1047514408	CAFP Float 14-03/18		500.000	1		1,00	500.000	1,01	505.027
BE6265140077	ABIBB FL 14-03/2018		400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.118
XS1049207993	RY Float 14-03/19		600.000	1		1,00	599.700	1,01	603.804
XS1050454765	SYNNVX FL 14-10/17		300.000	1		1,00	299.685	1,00	300.661
XS1071713470	CARLB 2.5 14-05/24		600.000	1		0,99	593.946	1,05	628.088
XS1069860374	REEDLNFloat 14-05/17		600.000	1		1,00	600.000	1,00	602.467
XS1071374679	CAT Float 09/17		400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.241
XS1075430741	BRITEL 1.125 06/19		200.000	1		1,00	199.016	1,02	204.448
XS1080158535	F 1.875 14-06/2021		500.000	1		1,00	499.480	1,05	523.480
XS1084568762	MTNA 2.875 14-07/20		150.000	1		0,99	148.773	1,03	153.862
XS1087819634	SCGAU 1.5 14-07/20		500.000	1		1,00	499.430	1,03	517.082
XS1105680703	UBS 1.25% 14-09/2021		500.000	1		1,00	499.170	1,03	517.088
FR0012146751	SANFP FL 14-09/2018		400.000	1		1,00	400.000	1,00	401.153
FR0012173706	MCFP 1 14-09/2021		500.000	1		0,99	497.285	1,03	513.862
LU1105951401	NYKRE Float 14-09/19		600.000	1		1,00	600.000	1,00	600.605
XS1109741246	BSY 1.5 14-09/21		600.000	1		1,00	597.510	1,02	612.670
XS1111559768	TOTAL 1.125 14-03/22		500.000	1		1,00	498.975	1,02	507.793
XS1114477133	BPLN 1.526 14-09/22		500.000	1		1,00	500.000	1,03	515.198
US2027A1HL45	CBAAU FL 14-09/19		600.000	1		0,77	463.428	0,82	494.451
US865622BK90	SUMBK Float 17		375.000	1		0,78	290.682	0,82	308.276
XS1028941976	MRK 1.125 14-10/2021		600.000	1		1,00	599.238	1,03	616.328
XS1130526780	ANZ Float 14-10/2019		600.000	1		1,00	600.000	1,00	599.743
DE000A13R8M3	MEOGR 1.375 14-10/21		500.000	1		0,99	496.235	1,00	501.255
XS1130067140	WFC 1.125 14-10/21		500.000	1		0,99	495.900	1,02	508.076
FR0012300820	ARRFP1.125 14-01/21		400.000	1		1,00	398.444	1,01	402.930
XS1136406268	MMM FL 14-11/2018		500.000	1		1,00	500.000	1,00	500.878
XS1139320151	MS Float 14-11/2019		500.000				499.255		500.225
XS1138423774	OMVAV 0.6 14-11/18		756.000				755.788		759.425
XS1143163183	IBM 1.25 14-05/23		400.000	1		1,00	399.112	1,02	407.623
		sub-total	22.993.000				22.450.394		23.056.425
		sub-total	30.923.000				30.555.915		31.908.986
		total	31.181.504				34.196.902		36.583.142
	3 - TOTAL GERAL		33.117.536				43.564.016		57.090.754

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	-	550	-	550
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	863.277	483.930	475.923	96.576
ASSISTÊNCIA	5.909.902	4.090.376	1.620.563	(198.963)
DIVERSOS	123.165	29.472	822	(92.871)
TOTAL	6.896.344	4.604.327	2.097.308	(194.708)
TOTAL GERAL	6.896.344	4.604.327	2.097.308	(194.708)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 689.634 euros

*** Os valores apresentados referem-se apenas à entidade Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	550	659	(84)	1.125
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	63	-	63
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	420	-	420
ASSISTÊNCIA	8.416.615	3.903.810	117.544	12.437.968
DIVERSOS	953.953	206.416	47.447	1.207.816
TOTAL	9.371.118	4.111.368	164.907	13.647.392
RESSEGURO ACEITE	32.377.935	9.651.595	4.610	42.034.140
TOTAL GERAL	41.749.053	13.762.963	169.517	55.681.532

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	10.384	10.284	1.125	680	(8.716)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.684	2.586	63	195	(2.275)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	830	656	420	103	-
ASSISTÊNCIA	16.214.767	16.386.276	12.437.968	3.289.718	(2.200)
DIVERSOS	827.962	1.562.519	1.207.816	229.215	(87.949)
TOTAL	17.056.626	17.962.320	13.647.392	3.519.911	(101.140)
RESSEGURO ACEITE	51.158.377	50.442.591	42.034.140	7.537.553	(9.173)
TOTAL GERAL	68.215.003	68.404.911	55.681.532	11.057.464	(110.312)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 77.528.441 Euros e um total de capital próprio de 34.289.914 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.844.445 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações no Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. A Certificação Legal de Contas com referência a 31 de Dezembro de 2014 da subsidiária Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda datada de 13 de Maio de 2015 inclui uma reserva por limitação de âmbito relativa à participação de 56,1% no capital da Europ Assistance Argentina, S.A., no montante de 478.704 Euros, a qual se encontra valorizada pelo método da equivalência patrimonial. O relatório dos respectivos auditores inclui uma reserva, por limitação de âmbito, pelo facto desta empresa apresentar no seu balanço, a 31 de Dezembro de 2014, créditos com empresas radicadas na República Bolivariana da Venezuela, cuja recuperabilidade não está garantida. Estes créditos, classificados como activos correntes, referem-se fundamentalmente a operações efectuadas no exercício de 2013 que não puderam ser cobradas devido a implicações decorrentes dos mecanismos de controlo implementados pelo Governo Venezuelano no mercado cambial e ascendem a 751.065 Euros, líquidos de uma provisão criada para o efeito. Não foi possível aos respectivos auditores validar o critério utilizado para a determinação da referida provisão e em que medida cobre os riscos de incobrabilidade dos referidos créditos, bem como da sua classificação como activos correntes. Desta forma, não estamos em posição de concluir quanto aos efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade resultantes da limitação de âmbito referida, a qual poderá ter impacto no valor dos investimentos financeiros evidenciados no balanço e nos resultados do exercício da Sociedade.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as demonstrações

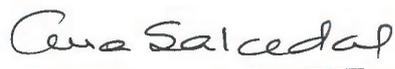
financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 29 de Maio de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

Em conformidade com a legislação em vigor e, no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidado, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas explicativas integrantes daquelas demonstrações, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA ou Empresa), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014. Assim, o Conselho Fiscal dá cumprimento às disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420º, do Código das Sociedades Comerciais.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a actividade e os negócios da Empresa, bem como os das suas principais participadas, através da apreciação dos documentos contabilísticos e financeiros relevantes, e também da leitura das actas do Conselho de Administração e de outra documentação que achou adequada e relevante, contando sempre, com a total colaboração do Conselho de Administração e da Direcção Financeira da EA.

É grato ao Conselho Fiscal, poder testemunhar a dedicação e profissionalismo com que são exercidas as actividades de fiscalização e de controlo de gestão, bem como o empenho dos profissionais envolvidos, em dar seguimento ao crescimento sustentado que o Grupo EA vem

registando nos últimos anos, apesar do mercado altamente competitivo em que desenvolve a sua actividade e do contexto político-económico desfavorável que ainda se viveu no exercício.

O Relatório Consolidado de Gestão detém-se, de uma forma clara, sobre os principais indicadores financeiros da Empresa, bem como das suas participadas, reportando os factos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2014, permitindo uma boa compreensão da situação actual do Grupo e do ambiente económico-social no qual aquele se insere.

No exercício fiscal de 2014, cumpriu-se o objectivo estabelecido, de manutenção da posição de liderança no mercado de assistência em Portugal, mantendo-se, genericamente, a base de clientes conquistada, através de um contínuo processo de procura pelas melhores soluções. Em consonância com o realizado em exercícios anteriores, o Grupo EA continuou a primar pela diversificação da sua oferta, através da aposta em produtos inovadores em todas as suas linhas de negócio.

O ano de 2014 foi marcado – para além do já conhecido contexto económico desfavorável que vem penalizando também a actividade seguradora – pelo ligeiro acréscimo do rácio de sinistralidade, de 81,3% em 2013, para 82,2%, em 2014.

O resultado consolidado do Grupo ascendeu a € 7.844.445, registando uma melhoria de 26,8%, relativamente ao obtido no período homólogo precedente. No que respeita ao volume de negócios, foram emitidos prémios brutos de € 68.215.003, o que representa um muito ligeiro acréscimo de 0,5%, face ao exercício de 2013. Os prémios adquiridos líquidos de resseguro decresceram menos de 0,2%, para € 68.250.507, em 2014. Por seu lado, os custos com sinistros líquidos de resseguro apresentaram um aumento de cerca de 1,6%, para € 55.637.441, relativamente ao verificado no exercício anterior.

Ao nível do pessoal, o número de colaboradores (em média), aumentou de 555, em 2013, para 586, no ano de 2014, o que se deveu, quase exclusivamente, a um reforço dos quadros da Europ

Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., em resultado do importante crescimento verificado na sua actividade.

Por outro lado, manteve-se a estratégia prudente da política de investimentos do Grupo, sendo a respectiva carteira composta maioritariamente por obrigações (85%) – 50% de taxa fixa e 35% de taxa variável – apresentando uma exposição de apenas cerca de 10% em acções.

No âmbito da actuação do Grupo ao nível do mercado interno, destaca-se o incremento obtido ao nível do volume de negócios da Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A., de 16,5%, tendo-se cifrado em mais de € 4,2 milhões, ainda que o resultado líquido do exercício, de € 581 mil, apresente um decréscimo de cerca de 10% relativamente a 2013, não espelhando ainda, no ano, o incremento da actividade.

A Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. atingiu um volume de prémios brutos emitidos na ordem dos 54,2 milhões – representando um incremento de cerca 3,5% em relação a 2013 – apresentando, no entanto, o resultado líquido uma ligeira quebra, dos € 4,04 milhões de 2013, para os € 3,67 milhões, em 2014.

Quanto à actuação do Grupo no mercado externo, cumpre relevar a boa performance obtida transversalmente, pelas filiais sul americanas. Por um lado, a filial Argentina reforçou, novamente, a sua quota de mercado, através da conquista de novos clientes que trazem boas expectativas de negócio para o futuro, ainda que não expressos, desde já, no exercício de 2014, fruto das dificuldades que aquele país atravessa, decorrentes das altas taxas de inflação verificadas. Por outro lado, no que se refere à entidade Brasileira, verificou-se um crescimento do volume de negócios de € 171 milhões – 26,8% de aumento, em moeda local – bem como do resultado líquido que ascendeu a € 8,2 milhões (incremento de 57% em moeda local). Finalmente, destaca-se o crescimento – de 47,7%, em moeda local – do resultado líquido da filial Chilena, para € 279 mil, ainda que com um volume de negócios ligeiramente inferior ao do ano anterior.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal analisou também as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas, das quais constam a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas. Da análise realizada, o Conselho Fiscal confirmou a aderência dos princípios contabilísticos utilizados na preparação dos supra citados documentos, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, e que os mesmos reportam de forma apropriada, os aspectos materialmente relevantes sobre a posição financeira consolidada.

Da análise ao Relatório Consolidado de Gestão e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Conselho Fiscal constatou que todos estes documentos foram produzidos de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, reportando de forma fidedigna os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade do Grupo, no exercício, para além dos principais indicadores financeiros. O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, relativa ao exercício de 2014, datada de hoje, 29 de Maio de 2015, emitida com uma reserva, por Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pela Senhora Dr.ª Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC.

Os documentos de prestação de contas consolidadas a que aludimos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Consolidadas, com cujo conteúdo concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Grupo e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, o Conselho Fiscal é de Parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira Consolidada, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidado, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e as correspondentes Notas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

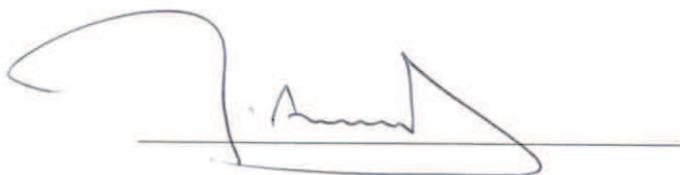
O Conselho Fiscal entende, por último, dever manifestar, uma vez mais, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela inestimável colaboração prestada no desempenho das suas funções, o que tem sido uma constante ao longo dos anos.

Lisboa, 29 de Maio de 2015

O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos – Vogal



Europ Assistance Portugal

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar
1070-061 Lisboa

www.europ-assistance.pt